ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA
PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 029

PRESIDENTE - DEPUTADO SÁGUAS

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta a Audiência Pública com o intuito de refletir sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06 e suas implicações no combate à violência contra a mulher).

Convido para compor a Mesa a Exm^a Sr^a Deputada Verinha Araújo; a Exm^a Procuradora Adjunta Geral do Estado, Sr^a Maria Magalhães Rosa, representando o Procurador-Geral, Dr. João Virgílio do Nascimento; a Dr^a Sílvia Virgínia, Delegada Especializada em Defesa da Mulher; a Dr^a Thaís Camarinho, Secretária-Adjunta de Gestão e Planejamento da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública; a Dr^a Ana Emília Iponema Brasil Sotero, Presidente do Conselho de Estado dos Direitos da Mulher de Mato Grosso, neste ato representando a OAB; Professora e Mestre Vera Lúcia Bertolini, representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Organização da Mulher–NUEPOM/UFMT, Departamento Social; a Sr^a Italina Facchini, representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT/MT; a Sr^a Priscila Batistuta Nóbrega, representante da Rede de Atenção Integral à Criança, Adolescente e Mulheres em situação de violência.

Composta a Mesa de Honra, convido a todos para em pé cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Registramos a honrosa presença das seguintes pessoas que gentilmente compareceram para esta Audiência Pública: Ceci Campos, neste ato representando o Chefe da Casa Civil, Antônio Kato; Cristiane Oliveira, neste ato representando a Delegada do Trabalho, Marilete Mulinari; Professora Madalena Rodrigues, Coordenadora do NUEPOM; Vera Carvalho, Presidente da Rede Cidadania Divina Luz e representando as APAEs de Mato Grosso; Edvaldo Souza Magalhães, Coordenador do Grupo de Jovens Novo Mato Grosso; Lucinda, Professora da UNIVAG, do curso de Turismo e Comunicação Social; Marta Lopes, representando o Deputado Estadual João Malheiros; Ivanildes Ferreira dos Santos, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; Ana Squizzato, funcionária da Coordenadoria-Geral de Medicina Legal da Politec; Conceição Oliveira Sobrinho, Secretária Estadual de Mulheres do PT; Vandriany Moraes Pereira, Técnica da Secretaria de Estado de Saúde; Jana Baugartner, representando o Conselho de Direitos da Mulher de Várzea Grande; Eloísa Dorileo, Secretária Executiva dos Direitos da Mulher; Antonia Lúcia Ribeiro, representando o Conselho da Mulher, da Prefeitura Municipal de Cuiabá; Marilise Doese Esteves, representando a BPW, mulheres profissionais de negócios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA
PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Agradecemos a presença: dos acadêmicos e acadêmicas do Curso de Serviço Social da UFMT; dos alunos da UPC - *Campus* Bela Verena; e do Grupo de Jovens Novo Mato Grosso.

Neste momento, convido a Sr^a Maria Dulce Rezende, da Escola de Formação para a Cidadania, para declamar o Poema *Por um Mundo Sem Divisões*.

A SR^a MARIA DULCE REZENDE – Boa-tarde a todos e todas.

Eu só quero lembrar e agradecer ao Deputado Ságua pelo encaminhamento que esta audiência responde à conferência das mulheres em Pequim, que tem uma plataforma de ação e eu quero lembrar a 19:

“É indispensável formular, implementar e monitorar, com a plena participação das mulheres, políticas e programas efetivos, eficientes e reforçadores do enfoque de gêneros, incluindo políticas de desenvolvimento e programas que em todos os níveis buscam o fortalecimento e o avanço das mulheres”.

E nós caminhamos para a paz e para a participação.

“Por um Mundo sem Divisões

Escutemos!

Vamos desenhar futuro na área, o homem e a Mulher desenhando um mundo sem divisões, cheio de esperança e de vida.

Vamos desenhar um mundo azul, onde o céu não seja compartimentado, onde o amor escape das casas e dos parques e entre no mundo todo, criando paz e harmonia no universo.

Vamos desenhar homens e mulheres conversando, dialogando, se confraternizando, acompanhando-se no olhar, além da porta.

Um homem e uma mulher alegres, felizes, caminhando na areia aos domingos e todos os dias.

Vamos desenhar o lar do mesmo tamanho que a fábrica, do mesmo tamanho que o melhor e mais aguerrido combate, na defesa e promoção da vida.

Vamos desenhar nossas casas sem muros, sem cercas, sem cadeados, sem fios elétricos, sem cães perigosos.

Vamos desenhar o amor, a paz, a solidariedade, o homem e a mulher se amando. Os jovens e as crianças caminhando e brincando felizes nas praças, nos parques, nas ruas. Vamos desenhar, e, acima de tudo, arregaçar as nossas mangas, sair de nossas casas. Seremos portadores, portadoras e mensageiras e mensageiros. Mensageiros da paz, da justiça, da solidariedade, hoje e sempre. Paz para todos! Paz para todas!”. Essa é uma adaptação da nossa companheira Dioconda Bele, uma poeta nicaraguense. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado a Dulce.

Quero convidar para compor a Mesa o Deputado Clóvis Roberto.

Caso haja interesse de alguém da platéia interpelar os palestrantes poderá fazer com breve inscrição junto ao Cerimonial, restritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, e o interpelado terá 3 minutos para a resposta.

Para dar início a nossa palestra aqui, nós vamos começar, tivemos uma mudança da ordem aqui, com a Dr^a Ana Emília Iponema Brasil Sotero, que é Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, porque ela vai tratar mais da lei em si. Então, vamos começar com ela. E terá 10 minutos para as explicações, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. E quando faltarem 3 minutos, nós avisamos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

A Mesa dará uma recuada para apresentação e depois retornaremos à Mesa.

A SRª ANA EMÍLIA IPONEMA BRASIL SOTERO - Boa-tarde a todos e a todas! Muito obrigada, Deputado Ságuas, pelo convite de podermos participar dessa Audiência Pública.

Já fui apresentada, eu sou a Ana Emília, sou advogada, sou a Conselheira representante da OAB-MT e em julho nós assumimos a Presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, biênio 2006/2008.

É com prazer e satisfação que apresento a vocês a Lei Maria da Penha, mas me deram só 10 minutos para falar. Então! Muito pouco tempo para uma mulher! Mas, vamos lá.

Para que a gente comece a entender, que algumas pessoas... Todo mundo está cansado de ouvir falar, mas por incrível que pareça, ainda tem gente que não sabe o que é a Lei Maria da Penha.

Então, vamos começar o por que desse nome Maria da Penha. Maria da Penha é uma bioquímica cearense, foi casada com um colombiano, tiveram três filhos. Após ele ser naturalizado brasileiro, as brigas e as discussões começaram a acontecer, e um dia ela dormindo, recebeu um tiro e ficou paraplégica. A história que ele contou é que a casa havia sido assaltada e o ladrão tinha dado aquele tiro na esposa dele. Passado algum tempo, ela tomando banho e ele tentou eletrocutá-la. Então, ela percebeu, a ficha dela caiu que ela estava dormindo com o inimigo. Eles se separaram, e ela levou 19 anos e 06 meses para colocá-lo na cadeia, porque um crime desse, tentativa de homicídio, ele prescreve em 20 anos. Por conta dessa demora toda, o Brasil foi condenado, por ter feito pouco caso com os direitos humanos de uma pessoa, com danos morais e danos materiais. E também uma declaração simbólica para a Maria da Penha. Há um mês atrás, mais ou menos, ela participou do Programa *Globo Repórter* e ele disse o seguinte: que ela até hoje - o marido dela está solto há dois anos - não recebeu os danos morais e materiais. E que ela estava, sim, recebendo o dano simbólico que era a homenagem que deram para ela, colocando o nome dela na Lei nº 11.340.

(EXIBIÇÃO DA FOTO DE UMA MULHER ESPANCADA, COM OLHOS ROXOS E HEMATOMAS NO CORPO.)

Bom, esta foto é uma das situações que nós não gostaríamos de ter mais após a sanção da Lei Maria da Penha. Mas, infelizmente, é uma realidade bastante contundente em nosso País.

A motivação da Lei Maria da Penha está na Constituição de 88, no seu art. 1º que diz: “ A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana.”

Então, a motivação da Lei Maria da Penha também está na nossa Constituição, no art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

(EXIBIÇÃO DA FOTO DE UMA CRIANÇA ESPANCADA E UMA MULHER COM OLHOS ROXOS E HEMATOMAS NO CORPO.)

Além da nossa Constituição, o Brasil assinou o Tratado Internacional essa é uma realidade social que nós também não gostaríamos de viver mais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Então, além da nossa Constituição, o Brasil também assinou o Tratado de Convenção da Criação e Programa de Ação de Viena, onde está no seu art. 1º: “Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais.

A violência e todas as formas de abuso e exploração sexual, incluindo o preconceito cultural e o tráfico internacional de pessoas, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminadas.”

No Brasil, também chegou a Convenção de Belém do Pará, um outro tratado também, em 1994, onde no seu artigo 1º descreve o que é violência.

“Para os efeitos desta Convenção, deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.”

Aqui no privado é aquela história que antigamente se falava que briga de marido e mulher estranho não mete a colher e que um problema desse em quatro paredes somente àquelas pessoas interessava. Graças a Maria da Penha, hoje nós temos e devemos meter a colher, sim. E esse âmbito privado, graças a Deus, hoje, virou público.

Na Convenção do Belém do Pará, entendia-se que a violência contra a mulher era violência física, sexual e psicológica. E na Lei Maria da Penha ela trouxe uma novidade, além dessa já tipificada na Convenção do Belém do Pará, a Lei Maria da Penha coloca: além da violência física, sexual e psicológica também a violência patrimonial e moral.

“São formas de violência doméstica contra a mulher, entre outras:

A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal e violência psicológica que cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

A violência sexual, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.”

Aqui, eu costumo dizer nas palestras que estamos ministrando nos bairros de Cuiabá, que ninguém, nenhuma esposa, nenhuma companheira é obrigada a transar com o marido se não quiser. O marido que, por ameaça, constrangimento, coação, obrigá-la a manter relação sexual sem que ela deseje, é estupro, sendo assim é crime, e está, graças a Deus, tipificado na Lei Maria da Penha.

Violência Patrimonial, entendido como qualquer conduta que configura retenção, subtração destruição parcial ou total dos seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os necessários a satisfazer suas necessidades.

Essa é a grande novidade da Lei Maria da Penha no que se refere à violência. É exatamente para evitar que, no momento que a mulher se afasta de casa, por problemas de violência até resolver o problema da separação, quando ela retorna o marido já se desfez das coisas que ela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

tem dentro de casa, já vendeu o que ele acha que também ele tem direito de vender, já deu, já fez e aconteceu. Então, aqui ele está protegendo a parte patrimonial da mulher.

Violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Essa é uma outra fotografia de uma criança que, infelizmente, nós vimos isso cotidianamente.

No art. 8º da Lei Maria da Penha, hoje a mulher agredida tem a efetiva proteção normativa. Ela pode... Aqui é uma parte importante da Lei quando ela coloca a disposição da agressora uma equipe multidisciplinar, com psicólogos, assistente social, defensores públicos, Ministério Público, toda uma rede de atendimento a mulheres vitimadas.

A implementação e o atendimento policial especializada para as mulheres em particular nas delegacias de atendimento a elas.

No artigo 9º da Lei nº 11.340, no parágrafo 3º, ela trás assistência a mulheres em situação de violência doméstica familiar que compreenderão acesso aos benefícios decorrentes ao desenvolvimento científico, tecnológico, incluindo o serviço de contracepção de emergência, profilaxia DST/AIDS, os procedimentos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

Aqui, no caso da mulher sofrer violência sexual, ela tem o direito do atendimento da profilaxia, da pílula do dia seguinte, da administração de medicação de DST/AIDS.

Essa fotografia chama muito a minha atenção e me choca bastante. Esse é o tratamento dado às mulheres no Islã quando os maridos supõem que elas o estão traindo. Eles colocam a mulher no meio da rua, como se fosse lixo, para que as pessoas tomem conhecimento.

Este é um quadro comparativo do que se tinha antes e do que se tem agora. Não existia uma lei específica que tratasse da violência contra a mulher. Hoje, a Lei nº 11.340 está aí. Não existia a tipificação das formas de violência. E hoje a Lei estabelece que é física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Não havia orientação quanto aos critérios de relacionamento. E, hoje, a violência doméstica independe de orientação sexual. Ela é praticada por pai, filho, companheiro, marido, namorado, ex-companheiro, mãe e filha, duas mulheres no caso de terem um relacionamento homossexual. Não importa. A orientação sexual não importa.

Aplicava-se à época, na Lei nº 9.099, os Juizados Criminais nos casos de violência doméstica. Hoje, retira-se totalmente dos Juizados Especiais.

Antigamente, tinha-se aplicação de penas pecuniárias, como multa e cestas básicas. Hoje, não tem mais. Hoje, não se pode mais apenar com cestas básicas ou com multas. Não pode mais. Acabou.

Os Juizados Criminais não atendem mais esse tipo de crime. Mato Grosso é o primeiro Estado do Brasil a criar duas Varas Especializadas de Violência Doméstica. E hoje está acontecendo, em Várzea Grande, o curso de capacitação para se criar mais uma Vara em Várzea Grande. Então, aqui nós temos a 1ª e a 2ª Varas e o Fórum da Capital. Em breve, teremos em Várzea Grande.

Antigamente, a autoridade policial atuava com termo circunstanciado de ocorrência. Hoje, é Boletim de Ocorrência. Então, é lavrado um Boletim de Ocorrência no caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A mulher, antigamente, poderia desistir na delegacia, hoje não. Só desiste da queixa perante o Juiz, há uma audiência exatamente para isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA
PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

A mulher, antigamente, muitas vezes ela que ia até ao agressor para entregar a intimação para que ele comparecesse na delegacia, agora não pode mais acontecer.

Hoje, possibilita a prisão em flagrante, antigamente não acontecia isso, hoje possibilita.

Não previa a prisão preventiva dos crimes de violência doméstica, isso foi uma novidade. Altera o art. 61 do Código Penal. Se durante o que decorrer, que a mulher está se preparando para a ação judicial, se o homem estiver perturbando, o Juiz pode pedir a preventiva dele.

Não era considerada agravante. Hoje, no Art. 2º do Código Penal essa violência é agravante de pena.

Antigamente, no caso de lesão corporal a pena era de seis meses a um ano, agora é de três meses e três anos.

A violência doméstica praticada contra mulher portadora de deficiência é um aumento de pena, aumenta de um terço.

Hoje o Juiz pode, não, deve encaminhar para... A Desembargado Shelma nos orientou onde lê assim: Pode... deve. Deve encaminhar ao agressor e a família para que ele tenha atendimento e programas de reeducação e recuperação.

Essa é uma senhora que foi a óbito após espancamentos.

Aqui uma criancinha. Isso daí também acontece nos países como na Indonésia, quando o marido supõe que a mulher dele esteja traindo, ele joga ácido sulfúrico, álcool, que causa queimaduras horrorosas.

Mas não pensem que também é só lá que acontece, porque aqui no Brasil, infelizmente, isso também acontece. E, infelizmente, a violência doméstica não é um privilégio só das partes médias baixas, da classe baixa. Não. Ela é da classe média, da classe média alta, da classe rica, do pobre. Infelizmente, a violência doméstica acontece com todos nós.

E chegou a hora de nós darmos um basta, e graças a Deus que temos a Lei Maria da Penha. O ideal seria que não tivéssemos uma lei como essa, mas já que temos, temos que fazê-la pegar, neste País, infelizmente, tem lei que pega e lei que não pega, mas a Maria da Penha tem que pegar e esse é o nosso papel, o de falar da Lei Maria da Penha, de Orientar as pessoas, mostrar que ela está aí para nos proteger a todos.

Tem uma coisa muito importante na lei que não apareceu ali, mas no art. 44, além da proteção da mulher em si, a Maria da Penha protege a família inteira, quando ela diz que se agressão for contra marido, cônjuge, companheiro, filho e irmão o agressor, de qualquer maneira, será punido.

Então, a Lei Maria da Penha é uma Lei que veio proteger a família inteira e ela tem e vai dar certo.

Por uma vida sem violência, é um direito das mulheres.

Muito obrigada pela oportunidade. Estou à disposição (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Como a Dr. Thais Camarinho também vai usar o *datashow*, para não compor a mesa e novamente descompor, vamos convidá-la a ser a próxima palestrante que disporá de 10 minutos para dispor o seu trabalho.

A SRª THAIS CAMARINHO - Senhoras e senhores, boa-tarde.

Deputado Ságuas, demais Deputados presentes, obrigada pela oportunidade de estar aqui, em nome da Secretaria de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, apresentando aos senhores e senhoras nesta tarde um pouco da nossa estrutura organizacional, ou seja, o que nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

temos à disposição da sociedade para o atendimento em relação à Lei Maria da Penha. Essa estrutura é usada no geral para o atendimento e em casos específicos, conforme perceberão a seguir.

Antes da apresentação do primeiro slide, eu gostaria de contextualizar o que são as ações prioritárias para a Segurança Pública.

Os órgãos que integram a segurança são a Polícia Militar, a Polícia Civil, a POLITEC, que são os peritos, o IML, a Criminalística, o Sistema Prisional, o Sistema Sócio-educativo que atende aos adolescentes em conflito com a lei e ainda o Corpo de Bombeiros e também o DETRAN.

É uma estrutura grande, complexa e com várias funções e atribuições.

Nós temos como objetivos essenciais, a redução dos índices de criminalidade, a redução dos índices de acidentes e sinistros e a ampliação da satisfação da sociedade em relação aos serviços prestados pelos órgãos de segurança pública.

Então, com base nesses objetivos, iniciamos a nossa identidade organizacional, isso faz parte do planejamento estratégico da segurança, é a nossa função precípua.

Nosso negócio, segurança pública e cidadania. Esta segunda palavra já nos remete a ampliação do entendimento da segurança, não somente naquele sentido estrito de efetuar prisões, e, sim, no sentido de garantir cidadania como na nossa missão, segurança pública em defesa da paz social. Realmente um conceito mais amplo.

A visão, onde queremos chegar. Ser uma organização moderna e científica, ágil, eficaz com credibilidade e transparência. Faço uma pausa aqui na transparência.

Hoje a segurança apresenta os números, apresenta os dados, as estatísticas, porque se assim não o for, nós não teremos transparência. Não estaremos trabalhando junto com a sociedade, com a comunidade. Esta transparência voltada à promoção de ações integradas em plena harmonia com os anseios da sociedade.

Valores. Pautado em valores como à ética. Estes valores são utilizados também para outros segmentos do serviço público. É importante que a população saiba, tenha ciência. Eu vejo aqui integrantes da universidade popular, e é com grande satisfação que neste momento eu já dirijo a palavra a esses grupos, a esses universitários da terceira idade também aqui presentes. E segmentos dos jovens, por quê? Porque vocês, população, nós, enquanto servidores públicos, trabalhamos para vocês. Então, vocês têm todo o direito de saber exatamente a extensão das nossas funções para exercerem o que modernamente se chama, controle social. Mas que na prática é o seguinte: Efetivamente cobrem dos agentes públicos a nossa missão, porque efetivamente a nossa missão é servi-los. Um dos valores nossos, a ética, agir com responsabilidade, honestidade, moralidade, lealdade, respeito às normas, respeito às leis.

Qualidade - Buscar executar nossos trabalhos dentro de padrões de excelência.

Compromisso Social - Aqui eu ressalto trabalhos como Polícia Comunitária, que são voltados nesse foco. Buscar também o quê? Dignidade da pessoa humana. Também não trabalhamos mais com aqueles conceitos, por exemplo, em relação aos presidiários. Hoje nós nem usamos mais a palavra “presidiários”, usamos “reeducandos”. Por quê? Também são seres humanos e merecem, tem direito à mesma dignidade de todos aqueles que nascem com vida. Até aqueles que... O feto tem direito à dignidade.

E, finalmente:

Determinação - Agir com destemor, convicção, dentro das nossas ações. Essa é a operacionalidade da Polícia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Inovação e Cooperação - A Cooperação talvez esteja aqui em um novo valor. A nossa sociedade é essencialmente competitiva... Temos uma “estória”, que se chama Lei de Gerson, “temos que levar vantagem em tudo”. Errado! Talvez nós tenhamos que estar diante da construção de novos valores e substituir a competitividade que o neoliberalismo nos trouxe, o pós-capitalismo e tudo mais pela cooperação. Talvez conseguirmos trabalhar com uma sociedade com uma via de mão dupla, o Poder Público falando um pouco mais próximo. Termos a cooperação dos agentes públicos com a sociedade, e vice-versa, porque nós também precisamos da cooperação da sociedade para poder exercer as funções.

Aqui é a estrutura propriamente dita. Feita aquela parte inicial, os senhores e senhoras agora compreenderão aonde podem estar utilizando além da Delegacia da Mulher, porque o primeiro órgão que nos vem à mente, quando falamos em violência doméstica, é a Delegacia da Mulher. Mas, o primeiro atendimento, muitas vezes, é efetuado, hoje, pelo CIOSP, que é um Centro Integrado, onde os senhores utilizam o nº 190, que todo mundo conhece, quando tem algum problema que requer um atendimento imediato. Será atendido em conjunto, se necessário for, pela Polícia Civil.

Também podem usar este nº 197, para efetuar denúncias anônimas, denúncias também de violência doméstica. Ainda aquela situação da mulher que tem receio de denunciar. Os senhores podem estar utilizando o 197.

O Corpo de Bombeiros e SAMU, que é aquele atendimento médico e também para acidentes de vários tipos, 192 e 193.

Bem, Polícia Judiciária Civil, qual é a sua estrutura aqui na Capital? Primeiro setor, a Delegacia da Mulher; em seguida, a Municipal, que faz os flagrantes, a Central de Flagrantes; temos também em Várzea Grande, que não há a Delegacia da Mulher, esse atendimento é feito através do núcleo existente na Delegacia Regional; e o CISC-Centro Integrado de Segurança e Cidadania, que são três e congregam as três grandes áreas de Cuiabá, Coxipó, Verdão e Planalto.

Aqui é a estrutura da Polícia Civil para o interior. Infelizmente, só existem outras duas Delegacias da Mulher implantadas, que os senhores perceberão ali no âmbito da regional de Rondonópolis, há Delegacia da Mulher e há ainda o CISC também implantado. Também no âmbito da Delegacia de Barra do Garças existe já a Delegacia da Mulher implantada; e existe a Delegacia da Mulher de Cáceres, criada e em fase de implantação.

Finalmente, no interior são doze regionais, os senhores perceberam. As três primeiras regionais estão na transparência anterior, vou reafirmar: é Rondonópolis, Barra do Garças e Cáceres. Então, nas três regionais existem a Delegacia da Mulher. E nessas nove outras regionais, ainda não temos, vale dizer: Diamantino, Juína, Alta Floresta, Alto Araguaia, Xavantina, Pontes e Lacerda, São Félix, Sinop e Tangará da Serra. Em Tangará da Serra, já há também um projeto de lei nesse sentido.

Bem, com relação a Polícia Militar, qual a estrutura que efetua aquele atendimento que a população requer através do 190, na ponta, na realidade, através do deslocamento das viaturas e das equipes, são atendidas através desses comandos.

Cuiabá se divide: no CR-1, que é o Porto, a Grande Cuiabá com um Batalhão no Porto, que todos nós conhecemos e as companhias de Polícia Comunitária. Ressalto aqui que é um grande foco, um grande ponto em que a população deve estar utilizando, isso vem ao encontro de um projeto que é a descentralização da polícia, ou seja, a Polícia Militar mais próxima da população. Isso se dá através, realmente, das companhias de Polícia Comunitária.

Então, Santa Izabel, Lixeira, Beira Rio, Boa Esperança.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Ainda na área do CPA, o outro Batalhão, o 3º BPM, com as seguintes Companhias de Polícia Comunitária como o Pedregal, Moinho, Três Barras, Planalto, Jardim Vitória, um núcleo no Bosque da Saúde.

Na área do Coxipó, o 9º Batalhão com Companhias no Pedra 90, São João Del Rey e Parque Cuiabá.

As áreas, senhores, são coincidentes hoje, são compatibilizadas para que a Polícia Civil, a Polícia Militar, POLITEC, Bombeiros, enfim, atuem todos dentro de uma mesma região física delimitada. E finalmente em Várzea Grande o 4º Comando como também o Batalhão no Cristo Rei e a Companhia Comunitária do Jardim Imperial.

Esta é a estrutura Cuiabá, vamos agora para a estrutura do interior.

No interior, a Polícia Militar se divide em cinco, cinco grandes comandos. Os senhores encontram ali então a região de Sinop, a outra regional, o outro Comando Regional em Rondonópolis, um Comando Regional de Água Boa, mas que a sede ainda está em Barra do Graças, funcionando em conjunto; Comando Regional Cáceres e Tangará da Serra.

Efetuada a apresentação da Polícia Militar faço agora à apresentação da estrutura da POLITEC, que é Perícia Técnica, o IML, Laboratório Forense e chamo atenção dos senhores para o NAVVS, que é o Núcleo de Atendimento à Vítima de Violência Sexual. Este núcleo funciona dentro do IML, anexo, e aqui há todo um serviço diferenciado, efetuado à vítima de crimes sexuais e que está se estendendo também às vítimas de violência doméstica.

Criminalística, identificação. E as regionais no interior, os senhores percebem que também há a mesma divisão nas grandes regiões pólo-econômico do Estado e, finalmente, a última transparência que eu trago aqui como uma lembrança do Art. 144 da Constituição Federal, que diz o que é segurança pública.

A segurança pública é dever do Estado, mas também é um direito. E este direito deve ser exercido como direito de todos e responsabilidade de todos também.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Convido todas, eu acho que só tem todas aqui, além de mim, para recompormos a Mesa, e convido o Deputado Clóvis Roberto que estava à Mesa também. Queremos agradecer a presença do Deputado Carlos Brito. Nós o convidamos para fazer parte da Mesa, mas ele disse que prefere ficar na platéia.

Queremos aqui agradecer a presença do Capitão Vítor Paulo Fortes Pereira. A polícia tem um papel fundamental no cumprimento da lei. E já sabemos que a Polícia Militar está realizando alguns cursos, participando de algumas discussões sobre a Lei Maria da Penha, porque, agora, tem o flagrante, e a autoridade policial, quer seja civil ou militar, passa a ter um papel importante.

Para dar procedimento, convidamos agora para fazer uso da palavra por 10 minutos a Priscila Batistuta Nobre, representante da Rede de Atenção Integral à Criança, ao Adolescente e às Mulheres em situação de violência no Município de Cuiabá e Várzea Grande.

A SRª PRISCILA BATISTUTA NOBRE - Boa-tarde a todas e a todos. Bom, em nome da Comissão Executiva - desde de 2003 estamos tentando organizar a Rede de Atenção à Criança, ao Adolescente e às Mulheres - eu gostaria de agradecer ao convite para participarmos desta audiência pública.

Com relação à Rede, às vezes, nós sempre temos que fazer um pequeno retrospecto, até para ter uma contextualização, porque algumas pessoas ainda não sabem o que é essa articulação. Com a formação da Secretaria Especial de Política para mulheres, em 2003, houve essa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

preocupação de se colocar a questão do enfrentamento das mulheres como política pública efetiva. E com isso uma das estratégias de enfrentamento a essa questão é a formação de redes de serviços, serviços articulados para melhorar o atendimento às vítimas de violência.

E isso não é somente com relação... A Lei Maria da Penha fala das mulheres. E nós entendemos de todas as idades. Então, a rede fala: “crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência”.

Esse é um Projeto que teve início no Governo Federal, para incentivar essa articulação. Porque a questão da violência é muito complexa, multifacetada. Ninguém consegue fazer um atendimento, ou fazer um enfrentamento de forma isolada. Nós, que estamos atendendo, temos que ver todos os aspectos em que a violência está inserida; todos os aspectos que a vítima necessita de atendimento.

Nesse sentido, vários profissionais, técnicos, da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Segurança e outros serviços iniciaram essa discussão para termos essa Rede de Atenção Integrada. Inicialmente, em Cuiabá e em Várzea Grande, para depois se estender para outros municípios do Estado.

Em 2005, foi assinado um Protocolo de Intenções, onde várias instituições se comprometeram com esse objetivo. De termos essa Rede, ter esses serviços articulados, melhorando o atendimento.

E o que diz a cláusula primeira: “O presente protocolo tem por finalidade a estruturação da rede, tendo como objetivo organizar e articular os serviços governamentais e não-governamentais de defesa, responsabilização, assistência, prevenção e pesquisa, visando a agilidade do atendimento diferenciado e humanizado às crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência física, psicológica, sexual e negligência”.

Até então, nós não tínhamos a Lei Maria da Penha, que ampliou a questão da violência, como a Ana Emília citou, com a violência patrimonial e moral.

Várias instituições assinaram esse Protocolo se comprometendo com essa questão e com o enfrentamento, principalmente buscando dar prioridade e maior resolutividade nas ações para que a mulher não seja revitimizada quando ela procura o serviço de assistência. Então, ela já foi vítima. E, muitas vezes, quando ela busca o programa de assistência, ou a delegacia, ou o serviço de saúde, por falta de preparo, ela pode ser revitimizada.

Então, a rede é justamente isso. Nós podemos ter esse serviço articulado, os profissionais capacitados, a mulher pode ter um atendimento imediato. É para dar prioridade porque é uma questão, vamos dizer assim, que não é urgência, dependendo da situação. Não é que não é, dependendo da situação, não são todos os casos que tem risco de vida. Tem risco de vida, é lógico que é uma urgência. Mas tem que ser prioridade. Nós temos que ter prioridade, e a Lei traz um pouco disso.

Entre as instituições... Só vou citar, porque muitas vezes as pessoas não tem esse conhecimento, às vezes até pode estar em uma instituição dessas que assinaram aqui e, às vezes, não sabe que essa instituição se comprometeu nessa articulação, nessa melhora do atendimento às mulheres.

Quais foram as instituições? Conselho Estadual de Direito da Mulher; Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente; SEJUSP; Secretaria Estadual de Saúde; Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania; Secretaria de Estado de Educação; Tribunal de Justiça de Mato Grosso; Ministério Público Estadual; Defensoria Pública Estadual; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Prefeitura Municipal de Cuiabá; Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

E vários parceiros, entre eles: O Conselho Municipal de Direito da Criança; Conselhos Tutelares; algumas associações; ONGs; enfim, não vou me estender aqui lendo todos.

Então, isso aqui, em 25 de novembro, 24 mais precisamente de novembro de 2005, foi assinado esse protocolo de intenções, onde todas essas instituições e organizações não-Governamentais se comprometeram com relação à formação e articulação dessa rede de serviços para um melhor atendimento às vítimas.

E aí quando vem a Lei Maria da Penha e traz várias inovações, nós podemos pensar não só nas questões do âmbito jurídico da aplicação da lei, mas ela estende, ela coloca nos seus artigos as responsabilidades e as atribuições de vários setores do Estado, não é só o Judiciário, mas ela também coloca a responsabilidade para o Executivo.

A Ana Emilia já citou, mas eu só quero reforçar na Lei quando ela fala no Título III - Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, Capítulo I - Das medidas integradas de prevenção.

Então, ele coloca no art. 8º: “A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais.” E coloca algumas diretrizes. A primeira diretriz que ela coloca é: a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

Uma outra diretriz coloca, no item VI: - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

Então, se nos basearmos, ficarmos atentos com relação à questão da rede, ela é bem contemplada no art. 8º e também no art. 9º, quando fala da assistência integral e dessa articulação. De acordo com os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social, do Sistema único de Saúde e do Sistema Único de Segurança Pública.

Na lei ela traz alguns setores e na rede a gente amplia isso um pouco mais. E é só dessa forma que conseguimos atender ou pelo menos tentar minimizar os agravos que a violência traz para a vida e para as famílias que vivem essa situação de violência doméstica.

É muito importante que os gestores dessas instituições realmente se comprometam com essas ações e que dêem prioridade para isso, como já foi lido. Tem uma lei, existem alguns documentos, mas nós ainda sentimos que essa questão não é colocada como pauta prioritária, ela ainda fica sempre à mercê.

Com a nova lei nós esperamos, acho que todas as mulheres que trabalham e que lutam em prol de uma vida com mais igualdade de direitos, que consigamos realmente cobrar a responsabilidade de todos, de todas. Essa questão do compromisso, não só do Poder Público, aí entra a questão da responsabilidade social de todos, a questão da cidadania e do respeito à integridade da pessoa humana.

Então, é muito importante.

Com relação à rede, o que podemos colocar é que é um processo de construção. Essa construção coletiva é um processo novo e não é fácil.

Há várias pessoas que estão aqui, que participam disso aí e não é fácil. Construir juntos não é fácil. Nós estamos aprendendo e esperamos que as pessoas se sensibilizem, mas principalmente que os gestores entendam, compreendam a dimensão dessa questão da violência,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

dêem prioridade a essas ações e que com a lei possamos ter um pouco do recurso para conseguirmos realmente colocar em ação, em prática, vários projetos, várias idéias, que às vezes por falta de orçamento não conseguimos realizar.

Já foi feita muita coisa? Já. Já foi feita muita coisa. Atualmente tem o NAVVS, no IML, que é um núcleo especializado para esse tipo de atendimento, tem o Hospital Júlio Muller que faz, o que a Ana Emília colocou ali, a questão da profilaxia do HIV, da Aids. Então, as mulheres têm esse direito? Tem. E o Estado está oferecendo. É um serviço só, mas existe. E precisa muito mais. E é nesse sentido que a rede está tentando trabalhar para que todos os outros serviços possam estar juntos nessa questão.

Gostaria de agradecer e me coloco à disposição. Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço a Priscila Batistuta pela sua explanação.

Quero dizer que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pelo Tv Assembléia, canal 16.

Convido agora, para fazer uso da palavra, a Vera Lúcia Bertolini.

A SR^a VERA LÚCIA BERTOLINI - Boa-tarde, Deputado Ságuas. Obrigada pela acolhida das nossas solicitações para requerer esta Audiência Pública para discutir a Lei Maria da Penha; Deputada Verinha Araújo, nossa companheira de luta; Deputado Carlos Brito, que preferiu ficar dando uma de povo; as nossas companheiras e companheiros; e também o pessoal da Mesa.

Eu ouço as falas e sinto que falta contundência nessa Audiência Pública. Eu gostaria de começar exatamente de uma forma mais contundente.

Eu acho que a Lei nº 11.340 tem, no meu ponto de vista, duas questões que nos desafiam.

A primeira questão é que ela nos desafia enquanto capacidade de articulação. Mulheres organizadas, onde é que nós estamos e de que forma que nos colocamos, de que forma historicamente que nos colocamos diante desse fenômeno durante muito tempo invisível, que é da violência doméstica, da violência intrafamiliar, da violência contra a mulher.

Nesse sentido, eu acho, particularmente, que em nossa região, no Estado de Mato Grosso, o nosso processo organizativo ainda está a nos desafiar. E, nesse sentido, eu acho que nós, mulheres, precisamos parar para refletir um pouco mais sobre o que é que nós queremos, efetivamente, com esse avanço que a lei propiciou. Ele é resultado de um processo coletivo amplo das mulheres brasileiras, enfim, com repercussões ainda iniciais e frágeis no nosso espaço geográfico.

Um outro ponto de vista que eu vejo é que o desafio, além da questão organizativa, passa pela materialização de políticas públicas. Eu acho que, nesse sentido, há necessidade da contundência da nossa fala, das nossas requisições, das nossas denúncias, que são as lacunas institucionais.

Quer dizer, no Art. 8º da Lei Maria da Penha está muito, muito, muito claro que vai dizer da necessidade de ações articuladas: “A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais”. Tendo por diretrizes: I - a integração operacional entre os Poderes; II - a promoção de estudos e pesquisas; III - o respeito, nos meios de comunicação social; IV - a implementação de atendimento policial especializado...” E aí vai, vai, vai, todo mundo tem a lei e eu acho que precisamos acordar para ver como é que no Estado de Mato Grosso essa articulação vem se dando. E eu diria: “Não vem se

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

dando” e aí eu acho esse o nosso grande desafio, porque a aprovação da lei requer o quê? Instrumentalidade, Operacionalidade.

Eu sempre digo, Política Pública, com essa qualificação, ela não pode ser feita de resto, ela não pode ser feita de sobra, ela tem que ser feita com instituições que tenham, efetivamente, um compromisso. E é um compromisso para superação das desigualdades, e desigualdades promovidas por uma cultura centrada no patriarcado que tem privilegiado um gênero em detrimento do outro. E isso não podemos aceitar. Eu quero falar aqui, qual é, qual tem sido a política de educação no Estado de Mato Grosso que enfrenta de cara dura a superação das desigualdades? Como é que as desigualdades entre homens e mulheres vêm sendo trabalhadas nas escolas? As escolas, ainda, são fomentadoras de práticas de discriminação, de gênero, de raça, de classe social e de religião. Isso não pode acontecer. A Lei Maria da Penha nos desafia para superar esse entrave.

Eu quero pensar o que é que nós temos em termos de atendimento público de saúde da mulher que foge de uma situação de violência? Muito pouca coisa. Muito pouca coisa! Qual tem sido o dispêndio orçamentário do Governo do Estado de Mato Grosso e dos municípios que integram este Estado para o enfrentamento dessas questões.

Como é que tem sido, por exemplo, a disponibilização de recursos humanos para atender as mulheres que estão sendo cada vez mais, aumentando esse número, encaminhadas para a Casa de Amparo Celcita Pinheiro? A Coordenadora da casa está ali, a Eliane Vitaliano. Nós temos tido um problema muito sério, por que o que acontece? O Secretário de Bem Estar Social recolheu todas as profissionais para dentro da burocracia da Secretaria! Como se os problemas sociais que acontecem dentro das instituições pudessem esperar o tempo e a hora, ou marcasse na agenda para ser atendido. Isso é inadmissível! Não tem assistente social, psicóloga, tempo integral dentro da Casa de Amparo!

Então, vejam, eu acho que nesse sentido, nós temos, sim, isso que nos desafia. Por outro lado, eu quero saber como é que as organizações das mulheres, aí, Ana, o Conselho, como é que o Conselho tem encaminhado a efetivação disso? Qual é... E nesse sentido o papel do Conselho é fundamental. O Conselho é fomentador de medidas. Ele estimula criação de políticas, ele dá números e ele qualifica quais são os problemas que têm que ser enfrentados nesse campo. Capacitação de recursos humanos que atendem nas delegacias, policiais, policiais ainda têm recebido orientação de que: “Não liga, não. Não enquadra como flagrante, porque esse negócio não vai dar em nada.”

E flagrante, o processo é muito burocrático, sabe, Deputado, e demora muito e tem outras coisas mais importantes a serem feitas. Quem é que está acompanhando isso, quais são as organizações que estão acompanhando a execução, a materialidade dessa Lei Maria da Penha.

Eu não gostaria, em absoluto, de ouvir mais e aí é pena, porque o Deputado já não está mais aqui, da TV Gazeta, dizendo que matar ou bater, a pena é a mesma! São três meses ou três anos! Como você é réu primário, então você vai responder a pena em liberdade!

Quer dizer, eu não quero mais admitir que os meios de comunicação continuem sendo espaços fomentadores de prática de discriminação e incentivadoras de prática de violência e de descrédito à Lei (PALMAS)...

Eu não gostaria mais de ler críticas em jornais de circulação nacional dizendo que a Lei Maria da Penha é criticada por excesso de rigidez e acusar a Lei Maria da Penha pela falência do sistema prisional brasileiro. Quer dizer, isso é uma piada, isso é um desrespeito com os direitos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

humanos das mulheres. Eu acho então que nesse sentido, a nossa contundência e a provocação que essa Lei traz para nós mulheres, no nosso processo organizativo, ela é desafiadora.

Eu gostaria de ver aqui, Deputado, encaminhamentos muito sérios quando a gente conclui essas Sessões.

Eu gostaria de solicitar, para que nós pudéssemos ter a presença dos nobres Deputados, extremamente ocupados, quando vão votar orçamento para disponibilizar recurso para plantação de soja, para retaliação de terras da população indígena, eu gostaria de tê-los todos numa Sessão formal, normal, onde nós pudéssemos discutir como é que o orçamento vai ser distribuído para criar vagas de assistentes sociais, de psicóloga dentro das delegacias e não só da Delegacia da Mulher. Quero tê-los formalmente dizendo que serão assegurados recursos para construção de novas casas abrigos neste Estado de centro e quarenta e um municípios politicamente emancipados, onde as mulheres que hoje o Estado não quer meter a colher na sua crise, os Governadores, os Deputados, os Senadores e todas as pessoas que nos representam deveriam pensar que em briga de marido e mulher, a vítima pode ser a sua filha! Vamos pensar nisso e vamos nos desafiar e nos sensibilizar para qualificar as nossas políticas públicas. E não pensar que política pública é quando um Deputado que pratica uma violência contra uma mulher, ou um vereador que pratica uma violência contra uma mulher, ou um empresário que pratica uma violência contra uma mulher vai lá para a Delegacia, porque alguém o denunciou, e ele olha aquele espaço e fala: “está quente aqui não é Delegada? Está faltando um ar condicionado”. Liga: “traga um ar condicionado aqui agora, porque vamos implantar.” E achar que isso é política pública!? Que vergonha! Eu não gostaria mais de ouvir esse tipo de coisa.

Esse é o desafio, moçada. Essa lei só vai se materializar, se nós nos mexermos. Política pública, política social qualificada só sai com pressão! E a nossa pressão está muito lenta. Obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço a fala da professora Vera Lúcia Bertolini. Convido a Italina Faquine, representante da Central Única dos Trabalhadores, para fazer uso da palavra por 10 minutos.

A SR^a ITALINA FAQUINE - Eu vou ser um pouco redundante, porque a Dr^a Ana Emília já falou um pouco do que eu trouxe aqui. Sou representante da CUT no Estado, e nós temos uma Secretaria de Mulheres que foi criada no último Congresso da CUT.

A Lei de Maria da Penha, sancionada em agosto deste ano, pelo Presidente Inácio Lula da Silva, é um grande avanço na luta das mulheres deste País contra o enfrentamento, a violência doméstica e familiar.

Essa vitória tem o nome de Maria da Penha Fernandes e de todas as mulheres brasileiras. A biofarmacêutica Maria da Penha ficou paraplégica depois de ter sido vítima, duas vezes, de tentativa de assassinato pelo marido. Apesar das marcas no corpo e das dificuldades, Maria da Penha foi firme na luta pela condenação do ex-marido. Depois de 19 anos, esta guerreira conseguiu que o seu agressor fosse punido. Maria da Penha não desistiu de buscar justiça e, justamente, disse que todas as mulheres que estão em situação de violência devem fazer igual. É preciso que cada mulher tenha coragem para contribuir para com o fim da omissão.

Crimes contra os direitos humanos devem ser tratados com rigor. Nossa esperança é a de que as denúncias aumentem a cada dia, uma vez que as mulheres se sentirão mais encorajadas, já que a lei estabelece medidas de proteção.

Com a aprovação da Lei Maria da Penha, o Poder Judiciário deve criar, com o máximo de rigidez, os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar para que essa instância

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

de Justiça fique responsável pelo acompanhamento e julgamento dos casos.

A minha certeza é que a Lei irá modificar profundamente as relações entre vítimas de violência doméstica e seus agressores, e o processamento desses crimes, o atendimento policial a partir do momento em que a autoridade toma conhecimento do fato e a assistência do Ministério Público nas ações judiciais.

Por outro lado, acreditamos ainda que essa Legislação representa o primeiro passo para que homens e mulheres vivam de forma igual, caminhando para uma relação familiar e harmoniosa. Só que para atingirmos essa condição é de extrema importância que haja respeito. Caso contrário, temos que fazer valer os nossos direitos como cidadãs para derrotarmos a opressão, o preconceito e a impunidade que até hoje contribuem para a elevação dos casos de violência contra as esposas, mães e irmãs.

A banalização da violência doméstica e familiar e a falta de credibilidade à palavra da vítima, que se via forçada a desistir da representação e fazer acordo, revela absoluta falta de consciência de que a violência intrafamiliar merece um tratamento diferenciado. Diante desse tratamento, fazia-se urgente a adoção de mecanismo de proteção que colaborasse com a mulher para ser salva do agressor.

A Lei Maria da Penha foi criada com essa determinação. Então, vamos continuar lutando, porque chegou o momento de resgatarmos a cidadania e mostrarmos ao agressor que o nosso lar é um ambiente de afeto e carinho.

E quero dizer mais sobre a CUT no Estado de Mato Grosso. Essa Secretaria é nova, como eu já disse. Eu vou contar com a colaboração das companheiras mais experientes. E acho que nós, como a Vera falou, temos que fazer uma ação no Estado. É um Estado de extrema violência. Eu creio, também, quando falamos isso somos criticadas, mas vejo que os homens precisam de um acompanhamento. E ainda bem, que nessa Lei, também, tem essa brecha. Porque muitos homens de que forma foram criados, por quem foram educados. Então, nós temos a responsabilidade, também, de ressociá-los. E, muitas vezes, as mulheres não querem nem se separar desses homens. Elas querem que eles se ressocializem na sociedade. Então, eu também vejo por esse lado, porque eu preservo a família também.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço a Italina Facchini.

Eu quero agradecer a presença da Eliane Vitaliano, que é Coordenadora da Casa de Amparo à Mulher Vítima de Violência; a Lu Turino, repórter fotográfico, Presidente da Associação Mato-Grossense de Incentivo ao Aleitamento Materno.

Eu quero agora convidar para... A Dr^a Silvia não estava entre as palestrantes, mas para ela dar uma fala para nós aqui, ela que é Delegada Especializada em Defesa da Mulher.

A SR^a SILVIA Boa-tarde!

Já foi falado bastante sobre a Lei, e eu acho que até seria redundante.

Eu queria agradecer a palavra e o convite que nos foi feito para participar.

Eu acho muito importante que seja divulgada a Lei, é necessário que a mulher seja orientada a denunciar, porque ainda nas delegacias de polícia, aqui em Cuiabá, a Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, os centros integrados de segurança e cidadania do Coxipó, do Planalto e do Verdão, estão com núcleos de atendimento à mulher, a central de ocorrências. Então, a mulher ainda demora um pouco para chegar até lá, por tabu, por medo e por uma cultura que ainda se acredita normal a violência dentro das suas próprias residências.

Nós gostaríamos que as pessoas fossem multiplicadoras, passassem essa orientação para que as pessoas procurem, para que as pessoas saibam dos seus direitos, que hoje ela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

ampliou bastante com a Lei Maria da Penha, e isso veio beneficiá-las, mesmo porque tanto cível, como a Dr^a Ana Emilia falou, quanto criminal são tratadas, nós temos 48 horas para encaminhar ao Juiz, a Vara Especializada, o pedido de providência que tenha a parte cível.

Então, isso é muito importante para que elas saibam, para que elas tenham conhecimento que elas têm direito, e elas não estão tratando só dos seus direitos, está tratando do direito de uma família. Eu acho que a mulher por si só não é somente ela a vítima, é toda uma família, são seus filhos, são os seus irmãos, porque não só acontecem crimes de violência contra a mulher de seus maridos, são de seus namorados, de seus parceiros, ex-maridos, suas filhas, filhos. Então, é toda uma desestruturação familiar que gera isso.

Eu acho muito importante esse tipo de debate porque ela tem que ser orientada para que procure, porque é justamente a falta de denúncia que gera impunidade.

Não tem como você passar tudo sozinha, é um crime até meio silencioso, porque acontece entre quatro paredes e, muitas vezes, começa com ameaças, com palavrões e pode gerar até um homicídio. Então, ela tem que procurar.

Nós temos casos de mulheres que nos procuram muitos anos depois que vem acontecendo esses crimes e já tem seqüelas. Então, eu acho que é muito importante orientarmos, divulgarmos para que elas procurem ajuda profissional.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Concedo a palavra, neste momento, para a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Ságuas pela iniciativa na realização desta audiência pública e cumprimentar todos da mesa em nome da nossa Secretária Thais Camarinho. Nós falamos que é secretária porque ela é uma companheira do Governo, mas bastante sensível, que sempre nos atendeu nessas questões de políticas públicas ligadas à Segurança Pública.

A Lei nº 11.340 foi sancionada pelo Presidente Lula em 07 de agosto deste ano no Palácio do Planalto e chama-se Lei Doméstica e Familiar contra a Mulher, cujo projeto originário da Câmara vem coroar uma longa trajetória de incansável busca pelos direitos fundamentais das mulheres, visando, num contesto maior, a proteção da própria família, principalmente dos filhos, sobretudo quando crianças ou adolescentes.

A citada Lei altera artigos do Código Penal e processo penal, possibilitando inclusive a prisão preventiva e em flagrante dos agressores.

Com a nova lei deixam de existir as penas pecuniárias, em que os agressores eram condenados ao pagamento de multas ou cestas básicas.

A lei também amplia a pena de detenção para os crimes de violência doméstica, que passa a ser de três meses a três anos, ao invés de seis meses a um ano.

Como medida, o Brasil passa a ser o 18º país da América Latina a contar com uma lei específica para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Secretaria Especial de políticas para as mulheres, vinculada à Presidência da República, foi a responsável pelo encaminhamento do Projeto de Lei ao Congresso Nacional em 2004. E aqui faço um parêntese, porque essa é uma luta de muitos anos, de muitas mulheres feministas, lutadoras deste País, e aqui eu quero homenagear especialmente em nome da nossa companheira, professora da universidade, professora Madalena Rodrigues, que está aqui conosco nesta tarde.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA
PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

“A nova legislação prevê medidas inéditas de proteção para mulher que está em situação de violência e corre risco de vida. As medidas deverão ser determinadas pelo juiz em até 48 horas, e vão desde a saída do agressor do domicílio a proibição de sua aproximação física junto a mulher agredida e filhos, até o direito da mulher de reaver seus bens físicos e cancelar procurações conferidas ao agressor.

A lei também estabelece medidas de assistencial social, como a inclusão da mulher em situação de risco no cadastro de programas assistenciais no Governo Federal, estadual e municipal”.

E aqui é importante, também um outro parêntese, porque existe uma série de programas sociais. Infelizmente a burocracia ao acesso a esses programas acaba sendo impeditiva de proteção a muitas mulheres que às vezes estão em situação de risco. Mulheres, mães solteiras, muitas vezes que convivem maritalmente com algum companheiro e que são vítimas de agressão diariamente. A medida em que essa denúncia chega numa autoridade policial essa proteção dela tem que ser encaminhada rapidamente. E nesse sentido a rede de proteção é importante.

Quando aqui falava a Patrícia sobre a diversas vezes, os diversos protocolos assinados. Eu acho importante reprimir aqui, hoje, que nós já incessantemente quantas reuniões fizemos, quantos encontros fizemos para que esses protocolos ocorressem, fossem assinados, e, infelizmente às vezes acabam ficando só no papel. Então, é importante uma mesa como esta, quando você vê não só as entidades governamentais, não-governamentais, os gestores, mas não vai existir, gente, política pública sem uma rede de proteção que ela faça inclusive uma intersetorialidade conjunta, direta, que é o município, é o Estado e é a União. Não adianta, nós ficarmos aqui reunindo, fazendo debates, discutindo, publicisando se não ocorrer por parte de todos eles federados essa unificação das políticas públicas, essa busca conjunta para proteger a mulher.

E aí é importante essa lei, porque a medida em que se divulga, que se publicisa muitas mulheres pobres são vítimas de violência que acabam ficando informadas dos procedimentos, do número do telefone, como deve proceder, ela acaba inclusive também sabendo que ela não está sozinha, que ela tem a quem recorrer. Mas não basta ter o órgão, ter toda uma articulação se essa rede não funcionar. Está certo?

E, eu quero aqui também dizer que no caso dos Juizados, eu quero fazer uma saudação especial à Desembargadora Shelma Lombardi, porque foi, praticamente, Mato Grosso, um dos primeiros Estados no Brasil a instalar os Juizados Especiais de Proteção à Mulher Vítima de Violência. E aqui eu quero fazer uma saudação especial a ela, que teve essa coragem.

Eu estive no Tribunal de Justiça no dia em que foi anunciado que estaria se articulando os Juizados e estive depois, no dia do anúncio da implantação dos Juizados. E, foi histórico! Eu, raramente vou ao Tribunal de Justiça, mas nesse dia eu tirei o chapéu, porque vi uma mulher, uma desembargadora dirigindo os trabalhos, se colocando ativa e defendendo aquele dia os direitos das mulheres perante um Tribunal que, infelizmente, ainda é muito machista... (PALMAS). E ela citou, inclusive, naquele dia, várias decisões judiciais em que na hora que a caneta tem que anotar e tem que assinar, a lei não é preponderante. Infelizmente, o pensamento, a cabeça de quem assina ainda é machista.

Então, não basta a lei, é preciso também transformarmos os pensamentos, as consciências e por isso é importante a mobilização das mulheres. Nós temos que sair dessas salas, minha gente! Nós não podemos mais ficar aqui só em Audiência Pública! Eu já estou cansada de discurso, entendeu? Eu que sou uma militante, sou uma mulher, fui Parlamentar, fui Vereadora e estou Deputada e, infelizmente, não reeleita. Estou cansada de discurso! Às vezes, o discurso fica

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

aqui. Sai para fora, as coisas continuam do jeito que estão, porque nós, mulheres, temos que ir é para a rua, para o bairro, para a luta das mulheres, das mulheres pobres que estão sendo vítimas e que às vezes... Do que adianta? Olha aqui! E a Deputada Verinha Araújo! Não foi reeleita! Cadê? No discurso é uma coisa, na prática está aí... Elege-se pouquíssimas mulheres para os Parlamentos. E eu faço questão de dizer aqui, hoje, porque eu sofro na pele a discriminação! Sofro na pele a discriminação e faço questão de dizer isso aqui, hoje, para que as minhas companheiras tomem consciência também de que é preciso sair do discurso e irmos para a prática.

E, eu quero encerrar aqui dando um outro dado de que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres indica que no ano passado apenas as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher de todas Capitais brasileiras registraram cerca de 55 mil ocorrências. O índice salta para cerca de 160 mil ocorrências se consideradas as Delegacias Especializadas das demais cidades. E esse levantamento ainda em curso corresponde a apenas 27% das trezentas e noventa e uma delegacias existentes.

Então, nós temos ainda muita violência escondida, silenciosa, que não chegaram às delegacias. Nós estamos só com dados oficiais. Então, é nesse sentido que é importante sairmos do discurso, ir para prática, ir para o debate, ir para rua e nós, inclusive, chamarmos as nossas companheiras que estão sendo vítimas para denunciar.

Esses dias eu vi, só para concluir, uma matéria onde dizia que fizeram fila lá na Delegacia de Homicídios. E a matéria meio que tirava um sarrinho, tipo assim, satirizando o fato de existir uma fila de homens denunciados. Aí, nós precisamos fazer com que essas filas tomem as ruas. Tomara que tomem as ruas porque, na verdade, nós temos a denúncia, mas também nós temos que buscar cumprir aquilo que a lei diz, que é a recuperação. Eu tenho certeza de que as mulheres que estão sendo vítimas de violência, não querem que seus companheiros fiquem presos, elas querem que eles sejam recuperados. Por isso o trabalho da Rede tem que funcionar, é importante. E tem que ter dinheiro. Não adianta, está tudo escrito aqui, mas na hora que chega o Orçamento aqui, que nós colocamos para ter dinheiro, para investir a Rede, essa emenda não é aprovada, ou aprovada e ela é vetada. Como, ontem, um projeto nosso que foi apreciado, que era o que proibia revistas íntimas naqueles e naquelas que hoje trabalham em loja de roupas íntimas, em lojas que vendem ouro, que vendem jóias, em várias lojas grandes que nós sabemos que existem na cidade e que os funcionários são submetidos a revista na chegada e na saída.

Então, é nesse sentido que nós precisamos estar muito alertas. Muito obrigada e um bom trabalho a todos e todas (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço a Deputada Verinha Araújo.

Agora passaremos ao debate dos integrantes da platéia. Para iniciar, vamos convidar a Eliane Vitaliano, Coordenadora da Casa de Amparo da Mulher Vítima de Violência de Cuiabá, lembrando que cada um terá o prazo de três minutos. Obviamente, que não seremos tão rigorosos, no entanto, não seremos tão complacentes também.

A SR^a ELIANE VITALIANO - Eu quero cumprimentar o Deputado Ságuas por este momento da gente estar aqui pensando e deixar aqui só um recado da Casa de Amparo, eu sou melhor em serviço do que em fala. Eu fico olhando aqui e várias pessoas que estão aqui diretamente, não é nem indiretamente, diretamente estão envolvidas no cotidiano das mulheres vítimas de violência e tem um estreito relacionamento com a Casa de Amparo. Hoje eu vim de lá, avisei que viria para cá e estou trazendo um abraço de todas as mulheres. Então, estou vendo aqui a Madá, a Maria Aparecida, que vão lá e desenvolvem trabalho; a Dulce, da escola da cidadania, que desenvolve um trabalho lá dentro da Casa de Amparo, IML... Gente, a gente não pode nem citar,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Deputado, cumprimentar, Silvia Virgínia... Quantas vezes, Sílvia, socorro! Sílvia, pelo amor de Deus, está acontecendo...! Imediatamente... A professora Vera... Todos, todos nessa luta e está aqui o Rinaldo, que foi o autor do Projeto da Casa de Amparo. Quero deixar esse abraço.

Quero dizer que a Casa de Amparo do Município de Cuiabá existe há quatro anos, a gente tem tentado conseguir, a Vera falou em dinheiro, recurso, para que possamos atender com qualidade. A primeira reação, quando uma mulher chega aqui a gente fica olhando, quando apresenta os *slides* das mulheres marcadas de soco e pontapé, então a gente fica chocada. Quando comecei, eu já vinha de movimentos sociais, também de associação de mulheres, de grupo de mulheres e da Pastoral do Migrante, a gente já sentia essa dificuldade desse trabalho que é realizado. Eu comecei na Casa de Amparo há dois anos e o primeiro dia, os primeiros meses em que eu saia da Casa de Amparo, eu saia de lá com dor física, não era psicológica. O dedo doía, a perna doía, porque é chocante! E muitas vezes nós não vimos marca, tem a violência que maltrata, todas elas, é claro, mas que não trazem a marca no rosto. E a mulher vítima de violência é identificada pela marca no corpo, e muitas não são marcadas no corpo, mas na alma, no sentimento. A primeira reação é do medo e da vergonha. Elas choram, depois que o policial fez todo o seu serviço e a deixa na Casa de Amparo, o primeiro atendimento é o choro, porque é vergonha! Isso aconteceu perante os meus filhos! Isso aconteceu perante os meus vizinhos!

Então, quero parabenizar toda as pessoas porque daqui de Cuiabá, de todos os Estados, essa Lei veio – como disse a Ana Emília – para ficar e ela tem o dedinho de todas vocês, de todas nós e a gente torce para que a gente não encontre, torcer, não, a gente tem que parar de torcer e lutar, não é, Vera? Brigar agora mesmo. Porque a gente ainda escuta, e aqui mesmo a gente escutou, a hora em que estávamos entrando: ah, essa lei aí veio para pegar os homens; eu quero uma delegacia para homem. Cadê a lei dos homens?

Então, nós temos que tomar cuidado para que nós, mulheres e homens aqui presentes, também não deixemos levar por essa questão, por essa cultura machista e lutar com unhas, dentes e garras.

O Município de Cuiabá, a Casa de Ampara é vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, não posso falar que ela melhorou muito. Quer dizer, é na caminhada, caminhando que se faz o caminho, não é assim que se diz, nós vamos tentando de todas as formas oportunizar, dar mais oportunidade de trabalho, de emprego, ir atrás, parcerias, a Rede, como que faz o atendimento no IML. Porque chegou ali na Casa do Amparo, vem a questão da saúde, porque não é só agressão, ela já vinha com problemas ginecológicos e outros tantos que temos que ter essa atenção.

A educação das crianças, e a escola, estão na Casa de Amparo vai parar? Então, tudo isso nós... Fica difícil. Então, a questão da Lei Maria da Penha. Primeiro, nós temos que observar várias coisas: documento! O documento para a mulher vítima de violência, a maioria é queimado. Não tem sentido. Cadê o documento, cadê a cidadania? Não tem sentido a documentação. Hoje nós temos que abrir uma conta para uma mulher que tem lá um terço do salário mínimo, cento e setenta e alguma coisa de reais, mas não pode abrir porque o banco pede o comprovante de residência. Que residência? Ela voltar para a casa do agressor? Não tem atestado de residência, não sabe ainda para onde vai. Então, isso são lutas.

Eu vim para deixar o abraço para todas e essas situações estão lá para colocarmos e tentarmos resolver. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Eliane.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA
PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Agora passaremos a palavra por três minutos a Dalete Soares de Souza, do Centro de Direitos Humanos João Bosco Boniê.

A SR^a DALETE SOARES DE SOUZA - Primeiro, eu quero cumprimentar a Mesa em nome da professora Vera Bertolini, que é a nossa ícone no Estado na luta pelas mulheres e temos muito prazer de participar dessa audiência promovida pelo Deputado Ságuas. Uma audiência que se faz necessária para colocarmos aqui nossas angústias.

Meu nome é Dalete, sou do Centro de Direitos Humanos João Bosco Boniê e trabalho no Centro de Revitalização Social que também atende a mulher. O que eu quero deixar aqui é uma denúncia. Em 2000 foi aprovada a Lei que criava a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Várzea Grande. Infelizmente, por falta de vontade política, até hoje não temos essa Delegacia. Ficamos de pires na mão para a Casa de Amparo daqui de Cuiabá. Quando vemos o estrangulamento em relação à violência contra a mulher lá, não temos como colocar uma mulher vítima. Infelizmente, nós estamos em um processo que barra, em uma burocracia da falta de vontade de homens implementarem a Delegacia e a Casa de Amparo no Município de Várzea Grande.

Por duas vezes, eu estive naquela Delegacia, que diz que é a Delegacia da Mulher. A primeira vez, nós ficamos das 13:00 horas até às 17:00 para fazer um BO, entre todos, com uma mulher vítima. Ficamos entre todos, em uma fila, para registrar um BO.

Anteontem, nós estivemos lá com outra mulher e o sistema estava fora do ar. Nós saímos de lá com a mulher ameaçada de morte e a levamos para dentro da sua casa. Infelizmente, é assim que acontece aqui, ao lado da Capital. Imaginem outros Municípios que estão distantes (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Dalete.

Vamos ouvir a Sr^a Heloísa Dorileo, do Conselho Estadual do Direito da Mulher, representando a FEMAB.

A SR^a HELOÍSA DORILEO - Boa-tarde a todas e todos!

Eu quero agradecer ao Deputado Ságuas por este momento. É importante para nós estarmos aqui. Porque é tão difícil nós, mulheres, nos reunirmos para debatermos coisas que falam de nós mesmas. E o senhor teve essa sensibilidade de promover este momento.

Em nome de Ana Emília, Presidente do Conselho Estadual do Direito da Mulher, eu cumprimento a Mesa.

Depois de ouvir tantas falas, nós ficamos pensando: Por que será que em pleno século XXI ainda temos que falar essas coisas? Falar que o homem não deve ser um agressor e que a mulher não deve ser agredida? E precisa ser criada uma lei para que se entenda que seres humanos nasceram, cresceram e estão aí para viverem lado a lado, para se entenderem, para constituírem família, para criarem filhos e fazer multiplicadores da vida neste planeta.

Isso tudo é muito humilhante para nós mulheres saber que para nós defendermos, temos que chegar lá em uma delegacia e dar parte daquele homem, o homem que nós casamos com ele, o homem que nós amamos, o homem que é o pai dos nossos filhos, e temos que chegar lá e falar que este agressor merece cadeia. E ali, nós estamos entregando para aquele depósito de seres vivos, que são essas cadeias, o pai dos nossos filhos, o nosso marido, os nossos filhos, o nosso marido, o nosso pai.

Então, Deputado, eu gostaria de saber se vocês da Assembléia, os Deputados, que compõem o Legislativo, o que vocês têm em mente de criar como política social que enfoque essa instituição chamada família?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Nós não queremos ver milhares de homens nas filas para serem presos, porque não vai ter lugar para todos. Mas nós gostaríamos que esses homens recebessem mesmo orientações, desde lá da escola.

Lá na escola precisa falar para o homem e para a mulher que eles são iguais. Lá dentro da casa, a mãe tem que criar esse filho homem, dizendo que ele é gente, que ele não é macho. Ele é um homem! Ele não é um garanhão que vai sair por aí atacando. Ele é um homem, um filho de Deus, um ser humano, que um dia vai constituir a família, que ele tem que respeitar a filha dos outros, assim como ele quer que respeite as irmãs dele.

E tudo isso, Deputado, depende de vocês. As leis são vocês que tem que escrever e assinar e fazer valer. E nós lutamos para que elas assumam o seu lugar de verdade no meio da sociedade, porque se assim não for, se nós não fizermos parcerias, só será isso mesmo, a Lei Maria da Penha será para prender homens. Será para colocar homens na cadeia. E daí?

E daí é o que eu pergunto: Como fica se nós não tivermos outros debates, outros encontros iguais a este até que tudo isso aconteça da forma como deve ser, homens e mulheres vivendo em paz, mas essa paz só vem através da luta. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço a Eloísa e acho que nós vamos ouvir outros questionamentos e aí respondemos porque, mais alguém poderá comentar.

Com a palavra a Sr^a Valéria Rossi, do IML.

A SR^a VALÉRIA ROSSI - Boa-tarde a todos da mesa e da plenária.

É um prazer estar aqui com minhas amigas, com que estamos sempre contando.

Eu sou médica legista e ontem eu escutei de um colega, um médico legista, que ele não sabia porque estava sendo desvalorizado pela chefia, porque ele era o cara que mais produzia, ele atendia 300 por mês e os outros atendiam 200.

Então, é esse o conceito que nós temos que mudar, a questão da qualidade, a questão do recurso humano.

Se não mudarmos isso, não mudamos nada. É esse o conceito, é essa a nossa dificuldade no nosso trabalho. Infelizmente, em Mato Grosso, existe uma médica legista, que sou eu e duas no interior, os outros são todos homens, machistas - alguns -, mas todos são machos. Então isso é uma dificuldade muito grande, porque infelizmente, a sociedade ainda acha que o trabalho da mulher é aquele que vale menos, e aquele trabalho de casa e aquilo lá vale menos. O trabalho do homem é o que vale mais. Então, nós temos a nossa dificuldade e, apesar dos esforços de tantas pessoas, o apoio incondicional da Dr^a Thais, graças a Deus, senão acho que não estaríamos mais lá, cadê o recurso humano, cadê o pessoal para estar conosco trabalhando. Hoje nós temos que nos dividir e alguém ficar lá cobrindo para dar um atendimento de meio período, porque não tem ninguém para ficar à noite, porque o trabalho da psicóloga e da assistente social não é importante. Esse é o conceito - assistente social e psicóloga é para quebrar galho, para arrumar passe para a mulher ir para casa, quando ela não tem: "Chama a psicóloga porque a mulher está chorando lá no corredor". Então, é para quebrar galho. Não existe essa seriedade, esse entendimento da importância do trabalho da gente, por isso o nosso sofrimento, por isso a nossa luta.

Cadê os profissionais? Não tem. Porque a prioridade é aquele montão de laudo. O laudo não é importante? O laudo é importante, mas importante é a qualidade do laudo, a qualidade que eu dei para o meu atendimento. Esse era o questionamento que eu queria fazer. Cadê o pessoal para trabalhar? Cadê o pessoal para tocar? O projeto que tanta gente desenvolve, cada um no seu setor. Quando chegar lá na ponta e depende de alguns gestores ou de algumas situações não conseguimos sair dali. Está tudo pronto, mas não funciona, parece que é feito para não funcionar -

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

alguns acham isso. É como o trabalho da mulher. Não, deixa-as fazendo lá. Legal. Beleza. Mas deixa lá.

O importante é nós produzirmos 300, 400 por mês, qualidade do que foi feito não é tão importante, porque o serviço nosso não é importante. É o serviço da mulher, é o atendimento da mulher. É a mulher que fazia o serviço secundário, o serviço menos importante, é aquela que ficava em casa. Era isso que eu queria colocar. Nós precisamos de gente para trabalhar. Trabalhar nos setores de quem quer fazer alguma coisa. Porque senão não vamos conseguir fazer nada.

A Dr^a Thaís concorda comigo. A polícia dá preferência muitas vezes, também como a Dr^a Virgínia, ao crime patrimonial. Isso não é a regra, mas muitas vezes a mulher fica sentada lá, porque o roubo do celular é mais importante, o assalto da casa é mais importante do que a surra que ela levou do marido, porque assunto de mulher é secundário, não é importante.

É isso que eu queria colocar. Nós precisamos de gente para trabalhar, porque senão não vamos conseguir tocar aquilo que nós queremos fazer. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço a Dr^a Valéria Rossi.

Passo para a Ana Squizato, também do IML.

A SR^a ANA SQUIZATO - Também do IML. Boa-tarde a todos.

As pessoas que convivem nessa luta diária em relação à violência da mulher sabem das nossas dificuldades na maioria das vezes de conseguir prestar aquele atendimento, que é nós entendemos que a mulher tem direito, enquanto ser humano.

A minha fala vai ser neste sentido de que muitas vezes embora nós tenhamos essa vontade, esse entendimento de que ela precisa de determinado atendimento nós não temos como disponibilizar esse atendimento, porque não existem instituições que prestem esse serviço. Então, a limitação do serviço, que está disponível às mulheres, às crianças e aos adolescentes vítimas de violências, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais, é praticamente inexistente.

Quando a Lei Maria da Penha no seu art. 8º coloca da necessidade da integração do serviços, e nós estamos lutando aí, Priscila, 3 anos mais nessa articulação dos serviços e esbarramos sempre no mesmo problema, para onde nós vamos encaminhar a vítima? Além do atendimento emergencial que é prestado pelo Hospital Júlio Muller, que é um hospital universitário, que é o Governo Federal, que outros serviços o Estado e o município disponibiliza para atender essa mulher. Nós não temos atendimento psicológico, nas policlínicas, não consegue. Se nós conseguirmos o atendimento é daqui a 40, 60 dias, porque não conseguimos uma prioridade para esse atendimento. Se a mulher está numa crise, porque a violência pode provocar um transtorno mental, um desequilíbrio emocional e ela precisa de um atendimento psiquiátrico naquele momento, para onde que eu vou encaminhar? Para o Pronto Atendimento do Adauto Botelho? Ela chega lá não tem o psiquiatra para atender, para poder medicá-la. E aí? Nós vamos fazer o que? Devolvê-la para o psicólogo? Mas o psicólogo não pode medicar. Nós vamos fazer o que com essa mulher? Mandar para a Casa de Amparo? O que a Casa de Amparo vai poder fazer?

Então, eu gostaria de sugerir para que a Assembléia Legislativa criasse uma comissão para acompanhar a implantação da Lei Maria da Penha aqui no Estado de Mato Grosso no que se refere à articulação desses serviços, no que se refere ao atendimento que as psicólogas e as assistentes sociais da 1ª e da 2ª Vara da Violência Doméstica estão tendo condições de fazer, porque o número de denúncias relacionados a violência doméstica é muito grande e os profissionais não dão conta de atender e não tem para onde encaminhar essas pessoas. Eu acho que na fala da Prof^a Verinha Araújo ficou muito claro que se não houver esse acompanhamento o serviço vai continuar sendo feito da forma como estava sendo feito e não vai ter avanço - em termos de política e de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA
PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

direitos humanos para as mulheres - nenhum. E esse é o objetivo da lei.

Portanto, eu solicito, ou sugiro, e gostaria que fosse pensado nesse sentido de se criar uma Comissão para poder acompanhar a implantação dessa lei.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço a Ana Squizzato.

Tem que tomar cuidado para não falar diferente... É Squizzato.

Com a palavra, a Sr^a Vanessa Pereira da Silva, psicóloga.

A SR^a VANESSA PEREIRA DA SILVA - Boa-tarde a todos! Estou muito feliz de estar aqui discutindo essa lei.

Eu participei da capacitação que a Desembargadora Shelma desenvolveu no Fórum e a partir daí - tipo assim - encontrei o caminho para andar e me desenvolver como profissional.

Eu queria também agradecer a palavra da Professora Vera, muito pertinente e muito importante.

Eu quero também falar o seguinte: eu sei que o juizado de Cuiabá e Várzea Grande tem uma rapidez de serem implantados. Bem, a partir dessa capacitação me interessei em participar, trabalhar nessa temática e acho que se não houver uma transparência da contratação dos profissionais.

Então, eu gostaria de colocar aqui a questão de, ou fazer processo seletivo simplificado, ou concurso público nessa questão da contratação desses profissionais multidisciplinares, uma transparência para aquelas pessoas que queiram trabalhar com esse problema. Eu acredito que não vai ser qualquer pessoa que vai querer trabalhar.

No Jornal *A Gazeta* deste mês, eu li um caso de violência, a mulher foi violentada pelo companheiro e perdeu até um olho. Ficou cega de um olho! Pelo que deu para perceber, ela não tem noção de seus direitos diante desse problema.

Eu queria deixar uma pergunta aqui: nesse caso, esse tipo de pessoa que foi a público, foi a um jornal publicado, como é que se procede? Algum órgão que esteja aqui presente vai procurar ajudar essa pessoa? Então, fica essa minha pergunta. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Agradeço a Vanessa.

Convido a Professora Madalena Rodrigues, Coordenadora do NUEPOM e Assistente Social também.

A SR^a MADALENA RODRIGUES - Vou à tribuna, porque falar sentada não é brincadeira, não. Tem que falar em pé, na tribuna para indignar, senão nós não ficamos indignadas com a história.

Cadê a minha amiga Eliane? Já foi embora?

Quero cumprimentar o Deputado Ságuas, a Deputada Verinha Araújo e todas as autoridades da mesa, que são companheiras de luta de muito tempo, de muitos anos. A todas as pessoas presentes aqui, muito obrigada. Nós temos que estar aqui, realmente, as minhas alunas que estão aqui...(PALMAS)... Companheiras de lutas de muito tempo, de muitos anos.

Eu quero fazer algumas considerações, mas eu queria começar falando o seguinte: falar aqui em três minutos das nossas decepções, dos nossos anseios, das nossas indignações, das nossas decepções, o tempo é tão limitado. Eu quero fazer um elogio à Casa de Amparo, igual eu vejo o tamanho da Casa de Amparo com um monte de mulheres que se coloca lá dentro e que não tem jeito de ficar.

Então, é a mesma coisa, falar em três minutos é colocar não sei quantas mulheres, não sei quantas crianças numa Casa Amparo de Cuiabá que não dá para colocar cinco, colocam

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

quinze, colocam vinte. Isso, Deputado Ságuas, já temos que começar a pensar. Por que nós temos que começar a pensar? Mato Grosso, nós temos que lembrar também, Deputado, é o segundo Estado em violência contra a mulher! E tem uma casa de amparo com três, quatro quartos? Uma casa de amparo que tem um pátio, que não tem uma árvore? Que as crianças que estão ali dentro se sentem presas e brigando o tempo todo umas com as outras porque, vão fazer o que dentro de uma casa de amparo que não tem profissionais para trabalhar, que não tem espaço para estudar, que não tem espaço para brincar, que não tem nada a fazer! É só ficar ali! E as mulheres também, estão ficando ali fazendo o quê? Pensando o quê? Se ela já sofreu violência, na forma como elas estão ali é mais uma violência! E nós vamos ficar olhando essa situação aplaudindo ou concordando... A hora em que falar: ah, Cuiabá tem Casa de Amparo! Quantas? Quantas casas de amparo tem em Cuiabá? E um Estado tão violento quanto o nosso, tem quantas casas de amparo neste Mato Grosso?

Algumas coisas que eu queria falar a Ana já colocou. Eu acho que tem que ter um acompanhamento para implantar a Lei Maria da Penha no Estado e tem que ter outra coisa também, Deputada Verinha Araújo, que infelizmente está terminando o mandato dela e o Deputado Ságuas que está ficando aqui, o pior problema nosso, do povo brasileiro, das mulheres, é a falta de informação, de educação. Quando se coloca uma lei, significa que direitos são negados, porque se os direitos tiver sendo respeitado, não precisava de Lei. Então, a Lei Maria da Penha simplesmente vem falar que nós mulheres brasileiras estamos aí sendo negadas a nossa condição de ser mulher a 500 anos, 506 anos para sermos mais exatas, nós somos negadas como seres humanos dentro dessa sociedade. Aí vem uma Lei, uma Lei que muitas vezes está servindo de chacota. Por quê? Ah, agora uma lei para o homem, uma lei não sei para que, uma lei não sei para lá... Além do mais, vem o desrespeito. Se as mulheres não tiverem informação para conhecer os seus direitos, saber como agir, onde procurar, como se prevenir da violência, a quem recorrer, é uma lei que daqui a pouco cai no desuso. As leis brasileiras têm essa característica. É coloca aí, aprova-se leis, leis, leis e leis, que nós nem conhecemos as leis e aí cai em desuso. Nós agora estamos falando que virou moda falar na Lei Maria da Penha. Nós não queremos moda. Nós queremos é que ela seja implantada, que as mulheres conheçam, as mulheres em Cuiabá, as mulheres em Mato Grosso, e que os homens também conheçam essa lei e saibam que eles têm que ter o respeito, saibam que eles têm que ter recuperação, reeducação (PALMAS).

Porque tudo isso faz parte da falta de educação do povo brasileiro. A nossa companheira ali já falou da questão de que, precisar de uma lei, mostra que nós ainda não somos pessoas civilizadas para convivermos. Precisa de lei para nós convivermos até dentro do nosso quarto! Aí vem aquela história que eu estou cansada de ouvir até hoje, que em briga de marido e mulher, não se mete a colher. Ora, gente, não se mete a colher mesmo, não! Mete a polícia, mete a justiça! Chega de colher aonde não tem (PALMAS).

Então, nós precisamos é fazer valer os nossos direitos. Direitos no papel nós temos demais! Agora precisamos trazer para a vida, para a prática, para estar aqui. Olhem aqui quantas pessoas vêm representando autoridades e órgãos públicos, e nós aqui, o povo brasileiro, sentado, esperando o quê? Que mais mulheres morram? Que mais mulheres fiquem paraplégicas? Que mais mulheres fiquem cegas para que nós possamos entender que nós temos que mudar?

O Legislativo faz as leis, e tem, também, que procurar ver se as leis estão sendo executadas. Eu gostaria que a Assembléia Legislativa entrasse em contato com o Executivo municipal e federal, bem como com as bancadas partidárias que têm por aí e falasse: “gente, vamos fazer a Lei Maria da Penha ser conhecida no município.” Cadê as associações de bairro, cadê os lions clubes, os rotaries clubes e não sei mais o que tem por aí? Vamos fazer palestras nas igrejas!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Vamos fazer a Lei Maria da Penha ser conhecida pelos homens e pelas mulheres, principalmente, deste Estado, para que a violência possa realmente diminuir. Porque realmente não adianta levar os homens e trancar lá na prisão, porque a hora em que ele sair, fará as mesmas coisas, porque as nossas prisões não reeducam. Saem piores até. Aí somos obrigados a conviver com o medo, com a fuga. Têm mulheres indo embora, não sei para onde, com medo do homem que está aqui.

Gente, que sociedade é essa de que fazemos parte? Eu quero falar aqui de uma questão de que a Moema já falou, há muito tempo - Moema Viez, uma grande socióloga, minha companheira de trabalho - sobre as relações existentes neste País entre homens e mulheres. Não importa saber quem vai ficar com o maior pedaço, nós temos é que rasgar e mudar a receita, gente. Nisso ela está certinha! Nós temos que mudar a receita! Não dá mais para ter o homem que domina e a mulher que é discriminada, que é subordinada. Nós temos que ter a nossa dignidade de mulher respeitada dentro dessa sociedade.

E hoje, Deputado Ságuas, o que nós mais viemos pedir aqui, através de todos esse trabalho, de tudo que falamos, é respeito para nós, mulheres. Na Lei, na prática, na execução, nos trabalhos, em todos os espaços. Porque o que nós sofremos o Executivo sabe; o Legislativo sabe; o Judiciário sabe. Vamos deixar de empurrar dinheiro, recurso para debaixo dos panos; deixar de ficar em malas, de ficar não sei onde, em corrupção, e vamos olhar, realmente, para o que nós, povo brasileiro, precisamos para ser pessoas (PALMAS). Nós temos que ter a nossa dignidade respeitada, seja mulher, seja homem.

Eu falaria mais coisa... (RISOS) (PALMAS). Mas eu sou obrigada a parar nos três minutos, que já extrapolei.

Mas, gente, uma das questões principais que temos que pensar, Deputado Ságuas, é que nós temos que ver, colegas psicólogas, médicas, assistentes sociais que estão aqui, é que nós temos que pensar nas mulheres, principalmente, quanto à auto-estima. E eu não quero falar somente na auto-estima das mulheres. Mas das crianças, também. Como fica um filho, uma filha, vendo a sua mãe sendo agredida e aquele agressor é o pai? Então, nós temos que pensar em um tratamento, realmente, dentro dessa sociedade, que está muito doente, através das violências que são cometidas contra as mulheres dentro dela. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Professora Madalena, pela sua contribuição.

A senhora falou por oito minutos. Nós gostaríamos de ouvi-la até mais. Mas nós vamos criar outros momentos para que a senhora possa falar mais para nós.

Vamos passar a palavra a Sr^a Marlei Carvalho, Psicóloga da Secretaria de Saúde do Estado.

A SR^a MARLEI CARVALHO - Boa-tarde a todos e a todas!

Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Ságuas.

Eu trabalho na Secretaria de Estado de Saúde. Eu gostaria de compartilhar com vocês a nossa luta desde 2003, quando participamos de um Fórum que tratou da violência interpessoal, da violência sexual e aborto. E nesse Fórum nós, com a experiência de outros Estados, percebemos que não havia ainda, no Estado, uma rede articulada para atendimento a mulheres vítimas de violência tanto sexual quanto doméstica.

Com o contato que eu tive com uma vítima de proximidade, pelo sofrimento que eu acompanhei dessa pessoa, pela revitimização, pela peregrinação, então, senti motivada de começarmos dentro da Secretaria de Estado essa articulação de saúde.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Então, começamos com o apoio do Ministério da saúde essa articulação, e, a partir de então, fomos investir na capacitação com seminários, treinamentos, fizemos o trabalho, reativamos o trabalho do Hospital Júlio Muller, com a necessidade também, porque o Hospital estava com uma demanda para atendimento psicológico, articulamos... A Priscila, que estava na RH, cedemos a Priscila para o Hospital Júlio Muller, já que ela tinha essa afinidade. E, então, tem lá o Júlio Muller voltando a ser referência.

E agora, neste momento, estamos voltando, eu e a Priscila, do Fórum deste ano, que participamos, na semana passada, em Campinas, interprofissional de violência sexual e aborto. E, nesse Fórum, percebemos como ela troca de experiência com os profissionais de outros estados que não é falta de treinamento e capacitação, que a questão é: Todos os profissionais do Estado.

Nós fizemos um seminário para 200 profissionais, dentre esses profissionais tinham apenas três médicos, profissionais da área médica.

Então, falta visibilidade desses médicos no atendimento. Quando vem a vítima de violência, ele trata o hematoma, trata a depressão, mas não há um reconhecimento da questão da violência que deve ser encaminhada ao psicólogo, que deve ser reconhecida enquanto uma questão de saúde pública.

Então, nesse Fórum até teve a participação do Conselho Federal de Medicina, que ainda há muita controvérsia no atendimento, na questão do aborto, da necessidade do boletim de ocorrência para realização de um aborto legal, que é um direito da vítima de violência sexual. Então, no final do fórum, houve a discussão da necessidade de continuidade, depois de 10 anos de fórum. Então, percebe-se que há a necessidade.

E lá no fórum eu e Priscila também percebemos que o que falta aqui é a articulação com os gestores, porque os profissionais da área de saúde estão capacitados, estão treinados. Então, é Conselho Estadual de Saúde, Conselhos Municipais, Conselhos de Secretários Municipais, CIB-Conselho Intergestor e Bipartite. Então, temos que articular, pactuar com esses gestores para que haja prioridade em seus planos.

Então, no final desse fórum houve a discussão, concluindo, da necessidade de continuidade do fórum e, na oportunidade, eu pontuei a importância do fórum para o nosso Estado, porque nós vimos lá no mapa que não estamos feios, no mapa do Brasil que eles mostraram lá no fórum e o nosso Estado tem uma bolinha, que é um serviço, que é o Júlio Müller – todos os hospitais regionais foram capacitados, mas só tem uma bolinha. Em Campo Grande não tem, em Goiás não tem o serviço, então, não estamos muito feio, mas precisamos pintar mais de bolinhas esse mapa.

Na oportunidade, eu falei da importância desse fórum para o nosso Estado e convidei a organização do fórum para trazer o fórum para Cuiabá e o convite foi acatado. No próximo ano teremos o fórum de Violência Sexual e Aborto em Cuiabá e vai ser muito importante para dar oportunidade para os profissionais, principalmente médicos, estarem participando e percebendo a necessidade de dar visibilidade para a questão. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço à Marlei.

Não há mais inscritos na platéia?

Eu sei que há pessoas ainda querendo falar e nós vamos abrir mais uma única inscrição, por causa do nosso tempo que está quase se esgotando.

Levaremos o microfone até ela, ela se identifica e faz a sua fala.

A SR^a CARLA - Meu nome é Carla. Eu sou estudante da UFMT de Serviço Social e também sou profissional da segurança pública. E, nesse sentido, eu queria fazer uma pergunta para a Dr^a Thaís, não é nem uma colocação, é uma pergunta que não querem calar aqui as estagiárias que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

fazem o estágio no Juizado Especial Criminal e temos um contato com a violência contra a mulher quando ainda era atendido pelo Juizado Especial Criminal. Então, agora com a Lei Maria da Penha, no Capítulo 3, fala sobre a capacitação dos policiais militares, bombeiros, a Guarda Municipal neste sentido do atendimento à violência contra a mulher.

Eu quero saber da Dr^a Thaís, qual a capacitação que tem sido dada, planejada, já que a lei é recente, neste sentido? Mas eu não quero saber da capacitação para coronel, ou para delegado, ou juiz. Eu quero saber para os funcionários de ponta, para o soldado, bombeiro, policial militar, para o agente penitenciário, para o agente policial civil que atende os casos de ponta para que essas denúncias não sejam subnotificadas. Ou seja, chegar na delegacia com um caso de ameaça, com lesão corporal e o policial sub-notificar como embriaguez, como outras vias de fato para que não seja flagrante. Então, o que tem sido feito nesse sentido pela Secretaria de Segurança? Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado a você.

E agora nós passamos para os finalmente da nossa Audiência Pública.

Eu gostaria que os membros da Mesa, ao responderem algum questionamento que foi direcionado, já possam fazer as suas considerações finais para que nós possamos concluir.

Vou começar pela Dr^a Thaís que já foi feita essa última pergunta a ela.

A SR^a THAÍS CAMARINHO – Em relação à capacitação específica para violência de gênero dentro da estrutura da segurança pública.

Este ano de 2006, específico, as ações foram muito poucas. Por quê?

A edição da lei, datada de agosto na vigência a partir de setembro, realmente nos atingiu num momento... Segundo semestre é finalização de um exercício orçamentário financeiro. É incrível, mas nós temos que trabalhar com planejamento de um ano para o outro, os PPAs, etc, peças orçamentárias. O que houve foi uma iniciativa do Tribunal de Justiça em relação a umas palestras para a polícia militar, mas ainda um público pequeno, cerca de 40 a 60 homens aqui de Cuiabá e Várzea.

Para os senhores terem uma idéia, o nosso efetivo total da PM no Estado é de aproximadamente 6.500 e Polícia Civil, 2.100. Enfim, reunindo toda a estrutura da Segurança dá 12.000 profissionais para serem capacitados.

Então, vamos ver qual o quadro para 2007. Eu disse que um dos princípios nossos é a transparência. Então, vamos lá! O quadro também não é muito positivo, não! Por quê? Porque também nós não conseguimos em tempo hábil inserir recursos suficientes para a capacitação que a lei preconiza para o próximo exercício. Eu vejo que é possível, com a boa vontade, com a articulação, e acho muito importante essa colocação da criação, a sugestão da criação de uma comissão de acompanhamento, quem sabe aqui pela Assembléia, enfim... Porque se nós formos desempenhar capacitações específicas somente através das nossas academias de polícia... Nem todas as academias dispõem dos profissionais já capacitados. Percebem?

Então, se hoje nós formos trabalhar com o custo da hora/aula ou contratar uma empresa para prestar essa capacitação, nós teremos cifras astronômicas no final de um período. E o Estado não nos permite esses valores. Significa que nós teremos que traçar um plano de capacitação específica em relação à violência de gênero para as polícias. Esse plano ainda não está traçado. Esta é a realidade!

Eu quero aproveitar o momento também e responder aquela questão de Várzea Grande em relação ao atendimento policial precário. Somente quero deixar registrado que vamos levar, com certeza, essa pontuação colocada aqui em relação à demora no atendimento de registro de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

ocorrências para o Diretor-Geral da Polícia Civil estar, lógico, em conjunto, também fazendo gestões para a melhoria desse atendimento, com toda certeza.

A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Uma pergunta: Sobre essa questão lá de Várzea Grande, que já tem 04 anos que está autorizada a criação da Delegacia de Defesa da Mulher, de Várzea Grande. E essa é uma reivindicação que nós batalhamos esses 04 anos para ela ser instalada, e eu queria que a senhora dissesse se é possível isso, porque eu acho que a fala da Darlete só reproduz a falta da delegacia instalada naquele município para atender essas mulheres.

A SR^a THAÍS CAMARINHO - Olha, só não é possível como o momento é bem oportuno. A Polícia Civil vive uma situação muito particular com relação a efetivo, ou seja, efetivo deficitário. Mas, o que ocorre é que há um concurso em andamento, um concurso até já encerrado mas, os profissionais não foram chamados. O Governador deve estar autorizando o chamamento dos concursados da Polícia Civil logo para o início do ano. Isso significa o quê? Todos os delegados, escrivões e investigadores passarão por um período de capacitação específica na academia de polícia, quatro meses. Significa que, se a população estiver bem mobilizada, os setores devidos, este fórum em defesa da mulher, comissão, rede, centro de referência, o nome que ele venha a ter e cobre essa postura, sim, da Secretaria. Porque a partir de, aproximadamente, junho do ano que vem, nós teremos mais profissionais habilitados.

Então, a questão: ah, mas não tem delegado, não tem delegada, lógico, não serão supridas todas as vagas. Mas, a necessidade será, pelo menos, um pouco minimizada, creio que o momento será, com certeza, oportuno para Várzea Grande.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Dr^a Thaís.

Passo a palavra, para as considerações finais, à Professora Vera Bertolini.

A SR^a VERA BERTOLINI - Bem, eu vou ser bastante objetiva.

Retomo e reafirmo a minha fala com relação ao desafio que não tem sido colocado pela Lei Maria da Penha. Eu acho que o nosso processo organizativo no Estado de Mato Grosso, ele é bastante insipiente, eu diria até que é insuficiente, ou até silencioso demais.

As políticas só acontecem em decorrência de pressão popular, as medidas que são adotadas, quer dizer, quem faz as leis, *ok*, acontece aqui neste Estado. Mas, o povo tem que exigir também, tem que apontar que tipo de lei que melhor lhe convém. Então, eu acho que esse olhar de uma cidadania coletiva, ele precisa ser despertado, não só despertado, mas ativado.

A Deputada Verinha Araújo lembra das nossas falas e a distância entre as nossas ações. Então, eu acho que é preciso, sim, que nós nos agrupemos, é preciso que nós passemos a exigir uma atuação mais efetiva do próprio Conselho, é preciso que nós façamos funcionar o Conselho Municipal de Defesa das Mulheres, criarmos associações, as organizações outras de mulheres para que essa lei não seja letra morta. E, acima de tudo, divulgar, divulgar de uma forma saudável essa Lei. Eu acho que temos que construir argumentos que desestime ou desautorize a venda de uma imagem pelos meios de comunicação escandalosos que focam apenas no aprisionamento do agressor, eu acho que a Lei tem outros focos e isso não tem sido evidenciado e tem confundido muito, Deputado Ságuas. E acho que é preciso também que nós, que somos liderança, cavuquemos espaços nos meios de comunicação, que nos articulemos dentro dos bairros em outros municípios no Estado de Mato Grosso para desmistificar, eu digo que a gente trabalha muito com códigos e acho que é nosso papel tirar os códigos dessas informações, elas vêm muito

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

cifradas, elas vêm confusas e elas são apropriadas de uma forma equivocada ou às vezes maldosa mesmo, por parte de alguns representantes de mídia.

Então, eu acho que para nós fica exatamente isso, que nós desafiemos no nosso cotidiano para que o nosso processo organizativo faça funcionar, sim, essa Lei e que não fique apenas no aprisionamento dos agressores.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Muito obrigado, Professora Vera Bertolini.

Eu passo agora, para as considerações finais, a Sr^a Italina Facchini.

A SR^a ITALINA FACCHINI - Eu quero agradecer, Deputado Ságuas, o convite, em nome de todos e ela está disposta a contribuir no que for possível, a CUT estará repassando para os Sindicatos e estaremos fazendo ações na nossa base.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço a Italina Facchini.

Para as considerações finais, a Dr^a Ana Emília.

A SR^a ANA EMÍLIA - Mais uma vez, Deputado Ságuas, eu agradeço a oportunidade de estar aqui podendo conversar sobre uma Lei tão importante, de poder trocar idéias e ouvir as pessoas.

Eu quero dizer para o senhor e para os demais componentes da Mesa, para as senhoras e senhores aqui presentes, minhas companheiras, conselheiras, que nós assumimos o Conselho em julho de 2006 e nós estamos no início de uma árdua caminhada. Nós temos dois anos pela frente. Temos dificuldades inúmeras. Temos falta de apoio, porque estamos vinculados a uma Secretaria do Executivo. Então nós temos problemas seriíssimos de falta de apoio. O que eu escuto é que há dificuldade orçamentária para poder fomentar, implementar nossas ações, mas isso não nos abate. Nós estamos trabalhando, estamos levando a Lei Maria da Penha aos bairros de Cuiabá com nossos recursos próprios. Começamos no bairro Planalto. Essa semana fomos ao bairro Florianópolis. E vamos, no início do mês de dezembro, no CPA. Também temos um grande projeto, junto com o Nortão, para o início do ano que vem: levar um trabalho grande para as escolas, atingindo famílias, comunidades. Então temos bastante gás. Nós não só discutimos em nossas reuniões e depois não fazemos nada. Nós discutimos em nossas reuniões e, meia hora depois que acaba a reunião, estou ligando para o pessoal: Gente, vamos fazer tal coisa! Vamos fazer e acontecer!

Então, acho que tem que ser assim, e é assim que eu vou procurar lutar até o final da nossa gestão. Eu volto, mais uma vez, a agradecer e dizer que estou à disposição no Conselho, estou à disposição na OAB, e espero ter novas oportunidades como esta que eu acho de extrema importância. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradecemos a Dr^a Ana Emília e passo às considerações finais.

Com a palavra, a Sr^a Priscila Batistuta.

A SR^a PRISCILA BATISTUTA - Eu estava pensando em tudo o que foi falado, e de quando nós entramos na questão do compromisso e do interesse público para que essa lei realmente aconteça. Como foi falado, essa Comissão da Rede, desde 2003, está discutindo essa questão, mas nós ainda não conseguimos institucionalizar. Isso ainda não se tornou, por mais que se tenha agora a lei, uma política. Não se tem essa visão e acaba ficando isolado em pessoas. Ainda hoje, novamente, nós estamos em mais uma audiência pública, e quando nós olhamos as pessoas que participam... Então, é muito difícil. Eu acho que isso é um grande desafio para conseguirmos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

realmente, amarrar, ter uma rede, de fato. Conseguirmos essa integração e - como a Vera falou - essa articulação. O que acontece são pessoas que têm esse interesse, que lutam nessa causa, tentando melhorar e dar maior dignidade às mulheres vítimas. Mas isso não é interesse do Estado.

E é uma grande decepção, eu acredito, de todos os profissionais que trabalham, quando nós tentamos fazer e nos esbarramos nas questões burocráticas, nas questões orçamentárias e, às vezes, ficamos impedidas de fazer mais.

Quando as colegas do IML colocam as dificuldades, nós temos sim dificuldades. E isso é uma coisa que me preocupa, porque temos mais quatro anos de gestão e não se dá nenhuma prioridade às questões de direitos humanos. E isso repercute em todas as Secretarias, em todos os serviços, porque é uma briga grande. E isso, às vezes, dá, compartilhando essa angústia, um desânimo. Porque você fala: Meu Deus e agora? Quer dizer, são as pessoas isoladas correndo atrás. Não tem a instituição envolvida, não tem o compromisso, o interesse político de fazer acontecer.

E é fundamental a questão, que a Vera falou, a questão do controle social, de se ampliar essa discussão, para, realmente, conseguirmos ver resultados disso.

Eu gostaria somente de comunicar que agora, no dia 05 de dezembro, a Comissão da Rede, as instituições, estarão fazendo uma reunião ampliada no Auditório da OAB, às 14:00 horas, para discutirmos o Termo de Cooperação Técnica para ser assinado e colocar algumas considerações com relação a isso.

E foi, também, em um debate organizado pelo NUEPOM e pelo Conselho que surgiu a idéia de se criar um espaço de discussão. Então, surgiu a criação de um Fórum de Enfrentamento à Violência Doméstica Sexual. E a primeira reunião desse Fórum será no dia 14 de dezembro, quinta-feira. E nós colocamos que todas as segundas quintas-feiras do mês nós estaremos nos reunindo para discutirmos isso.

Eu estendo o convite a todas as pessoas que queiram participar. Nós temos que exercitar o nosso direito. E o Fórum será um espaço de discussão para podermos nos mobilizar mais, os movimentos sociais, a sociedade, participarmos desse controle social, que é fundamental. Sem ele nós não vamos conseguir, realmente, que os serviços funcionem e nem que consigam ficar articulados para que possamos enfrentar isso. Então, estão todos convidados e obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço a Priscila Batistuta e quero fazer as minhas considerações finais.

Em primeiro lugar, agradecer a todos e a todas que estiveram presentes nesta Audiência Pública; agradecer a TV Assembléia, que transmitiu ao vivo esta Audiência Pública; agradecer a todos os servidores aqui da Casa, as Taquígrafas, a nossa Assessora Jurídica, os operadores de som, o segurança, enfim, agradecer a todos e a todas que contribuíram para que esta Audiência Pública pudesse acontecer; agradecer ao nosso Cerimonial aqui que é extremamente competente também.

Gostaria de dizer que a maioria das leis em defesa dos direitos da pessoa humana, geralmente, surgem, aparecem, não é por acaso, geralmente é por movimentos sociais, organizados, por mobilização, pela luta individual, de muitas pessoas, mas principalmente pela luta organizada de vários segmentos sociais, é que muitas vezes acontece de ser aprovada uma lei como foi esse caso da Maria da Penha.

Nós temos uma tarefa que julgo de fundamental importância, que é darmos publicidade a essa lei, é de a tornarmos conhecida da população.

Eu pretendo, já a partir da semana que vem, começar a mandar esse material para todas as câmaras de vereadores, sugerindo audiências públicas nas câmaras de vereadores, a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

exemplo do que tivemos lá em Juína, convocada pela minha esposa, que é Vereadora lá, Assistente Social, é servidora da Secretaria Estadual de Saúde, e que tivemos lá a presença da professora Vera Bertolini, da Juíza - lá tem uma Juíza, são três Juizes e uma é mulher - tivemos a presença de mais de 200 pessoas naquela Audiência Pública, um público dos mais variados segmentos possíveis, universitários, tinham pessoas trabalhadoras, estudantes, enfim, foi uma Audiência muito boa, com uma presença muito grande de pessoas e que ficaram, não é, professora Vera, até às 23:00 horas lá naquele debate.

Então, nós temos essa missão importante inicial agora que é darmos o máximo possível de publicidade a essa lei, através das câmaras de vereadores, das prefeituras, dos órgãos públicos estaduais, principalmente estaduais, porque os municipais já estarão acontecendo nos municípios. A polícia, como disse a colega ali, que é estudante do curso de Serviço Social e também servidora pública, que também para quem está trabalhando na ponta do sistema possa ter o conhecimento dessa lei, dessa maneira, saber como agir diante da situação que vai encontrar no dia-a-dia, porque esses que estão trabalhando na ponta do sistema é que convivem diretamente com o problema.

Dizer que a Lei Maria da Penha, desde 83, portanto, há 29 anos, essa mulher vem lutando contra um problema pessoal, que não é só pessoal, mas coletivo e a sua luta foi intensa ao longo desses anos, ao ponto de recorrer à Comissão de Direitos Humanos da OEA para que depois a OEA fizesse a recomendação ao Governo brasileiro para fazer esse reparo, enfim, sem contar os movimentos de direitos humanos, os movimentos de mulheres e todos movimentos sociais que vêm em defesa dos direitos da mulher e no combate à violência contra a mulher.

E quero dizer também que essa mobilização, a lei, não é o ponto final da nossa mobilização. Creio que a lei é um instrumento a mais, que de fato vai conseguir deixar claro para a sociedade que agora existe um instrumento que tipificou os crimes de violência contra a mulher, que fez com que essa pessoa, ao registrar sua ocorrência possa, depois, ser levada a diante, possa ir até o Ministério Público, ao Juiz, enfim, e que possa haver a punição aos culpados.

Mas, mais importante do que isso, já adentrando na preocupação da Eloísa Dorileo: o que nós vamos fazer? O que vocês políticos vão fazer por isso?

Não somos só nós que vamos fazer. Acho que você tem clareza disso, porque você colocou de forma clara o seu posicionamento, mas é um movimento que nós queremos que seja de interação de todos os poderes e entre a sociedade organizada. Mas nós temos que procurar fazer também aquilo que a professora Vera disse.

O que a nossa grade curricular trata dessa questão de forma transversal sobre essa questão da violência contra a mulher e todo tipo de discriminação que possa haver. Então, nós precisamos fazer intervenção também nesse sentido.

Quero dizer que isso passa desde a questão da educação, do trabalho, da garantia dos direitos, da cidadania, da melhor escolha dos representantes políticos, para que possam estar defendendo essas questões também.

Eu acredito que muito se avançou. Hoje dificilmente encontramos um político contrário à defesa dos direitos da pessoa humana, mas em outras épocas, há pouco tempo atrás, 10, 15 anos atrás, observávamos com uma certa frequência alguma chacota em quem defendia os direitos humanos e hoje as coisas estão avançando mais.

Mas é obvio que tem que ser uma ação de todos nós, dos que detêm o poder político, da sociedade organizada. E esse poder político só vai ser exercido com mais fidelidade se a pressão social for maior. Porque se não existir a pressão social por parte da população e que a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

medida em que essa pressão social seja maior as pessoas estarão mais conscientes, estarão escolhendo melhor os seus políticos, aí, sim, nós teremos condições de criar as condições ideais para que possamos eliminar essas diferenças sociais, eliminar essa violência contra a mulher, contra a criança, contra o idoso.

Enfim, para que nós possamos ter uma sociedade mais fraterna e mais solidária. Então, são muitas barreiras que têm pela frente que nós temos que quebrar ainda daqui para frente. Mas eu creio que nós, enquanto, Assembléia Legislativa, vamos acatar a idéia da Ana Squizzato de criar essa comissão para nós fazermos um acompanhamento da aplicação da Lei Maria da Penha. Nós temos aqui a Comissão de Direitos Humanos, eu sou Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Deputado Mauro Savi é o Presidente da Comissão. Então, eu vou propor já para que possamos estar formando uma comissão especial para o acompanhamento da aplicação da Lei Maria da Penha. Isso vai ter um papel importante que vai desde a divulgação, até estarmos discutindo com os outros órgãos, quer seja a Secretaria de Segurança Pública, quer ser a Secretaria de Educação, outras Secretarias, a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania.

Eu já havia por reivindicação de outras Audiências Públicas de combate à violência contra a mulher, já fiz indicação para criar essa Secretaria Especial da Mulher na SETEC, a Deputada Verinha Araújo propôs também. Enfim, nós já vemos propondo, a Deputada Verinha propôs em lei, eu fiz uma indicação, porque eu sabia que essa lei seria vetada, como ela foi, porque ela teria vício de origem, porque nós estamos propondo despesas para o Executivo e nós não podemos propor despesas. E aí, Heloisa, nós temos uma limitação aqui. Não podemos propor nada que vai gerar despesa e nem reduzir receita do Executivo. Mas de qualquer maneira nós temos como fazer mobilização.

E nós criando essa comissão especial para acompanhamento da aplicação da Lei nós temos condições de dialogar com todos os setores do Governo, não só estadual, mas municipal também, juntamente com os movimentos sociais, com NUEPOM, com todas as pessoas que militam nessa área dos direitos humanos.

E também dizer que essa questão que a Dr^a Valéria colocou da equipe multidisciplinar, de não ficarmos só como quebra-galho, nós temos que trabalhar essa questão. Eu acho que cada dia mais nós temos observado a importância de determinados profissionais, como o assistente social, o psicólogo. Há pouco tempo, eu sou casado com uma psicóloga, sou cunhado de uma psicóloga e genro de uma assistente social, aliás...(RISOS). Espera aí! Deixa-me fazer um reparo aqui!...(RISOS). É porque minha filha mais velha vai fazer Psicologia, então, eu já estou confundindo... Então, eu sou casado com uma assistente social, tenho uma cunhada que é assistente social e tem a minha sogra que é assistente social, e que foram alunas da Vera Lúcia, da Madalena... E minha filha vai fazer Psicologia. Então, eu percebia, eu sou médico, e quando estava na faculdade observava a questão do assistente social. Até quem estava na faculdade tinha uma certa... Ficava assim, com dificuldade de ver qual seria a possibilidade do mercado para ele ingressar como profissional. E o psicólogo, nós sabemos que foi discriminado por muitos anos, com algumas observações que nem devemos estar lembrando aqui, mas que sabemos da importância desses profissionais, hoje, no mundo moderno e no mundo da violência, e num mundo que não queremos para nós.

Então, eu acho que cada vez mais esses profissionais vão se consolidando não só no mercado de trabalho, mas na busca da solução desses problemas que foram criados pela sociedade moderna, não é Madalena?

Então, eu creio que, com a Lei Maria da Penha, nós temos um instrumento na mão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) E SUAS IMPLICÂNCIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER), REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

agora que tem valor de lei, porque antes tinha as reivindicações, levantávamos todos os tipos de violência e, hoje, por exemplo, muitas pessoas não conseguem enxergar a violência patrimonial, só vê a violência física e no máximo, fica sabendo da sexual, alguma coisa assim. Mas, da violência psicológica, da violência moral, que está tipificando agora na Lei Maria da Penha, eu creio que a partir de agora nós teremos um instrumento muito forte para fortalecer a nossa luta, para fortalecer esse movimento de combate à violência contra a mulher.

Então, eu estou muito otimista e creio que vai depender, vai continuar dependendo de nós a defesa desses direitos e que agora nós temos um instrumento a mais que, com certeza, no mínimo vai intimidar um pouco mais a violência e na pior das hipóteses vai punir aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de serem educadas para a convivência entre homem e mulher. Eu creio que a partir de agora, já que nós temos que salvar esses homens que cometem a violência também... Mas, de qualquer maneira os que não puderem ser salvos na educação vai para a prisão, não é, Profª Madalena? Então, a expectativa é de nós adquirirmos uma cultura diferente, porque esses homens violentos, com certeza, estão reproduzindo a violência que tiveram na infância, que viram sua mãe sofrer quando criança e eles estão reproduzindo aquilo que passou na infância. Eu creio que com a lei, nós vamos adquirir uma nova cultura e, com certeza, a próxima geração será muito menos violenta contra a mulher, do que está sendo as gerações passadas e a nossa.

Então, nesse sentido, mais uma vez, para encerrar esta Audiência Pública, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso agradece a presença de todos, e convido os presentes, para cantarmos o Hino do Estado de Mato Grosso.

(EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO.)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Está encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques.